

# Desembargadores escolhem hoje substituto de Miguel Kfourri Neto

Karnta Mendes Martins

## ENTREVISTA

MIGUEL KFOURI NETO, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

### TJ escolhe hoje o substituto de Miguel Kfourri

**O**s 120 desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) vão escolher hoje quem ficará à frente do órgão nos dois próximos anos. Miguel Kfourri Neto, atual presidente, disse não ter candidato, preferiu ficar isento. Ele concedeu uma entrevista à *Gazeta do Povo* no gabinete da presidência e fez um balanço da gestão.

#### Como o senhor resume a sua gestão?

Fizemos construções para tornar mais decente a forma de atender o povo porque tudo o que é feito aqui é com objetivo no jurisdicionado. E investimos no primeiro grau, com criação de varas, de cargos de juiz, de assessoria e aumento no número de juízes substitutos. Estamos construindo hoje 26 fóruns em todo o Paraná. O custo total disso dá ao redor de R\$ 243 milhões em obras.

#### Quais eram os problemas no início da gestão?

O primeiro problema eram os juizados especiais. O cível funcionava num porão do IPE, e o criminal funcionava em condições precaríssimas, até insalubres. Alugamos um prédio na Getulio Vargas, que abriga hoje os dois. O segundo eram as varas de família. Elas funcionavam em construções que pareciam baias. Hoje nós temos as Varas de Família e Infância e Juventude na Rua da Glória em um prédio alugado. Ainda tivemos dois fóruns descentralizados, Santa Felicidade e CIC. Santa Felicidade atende 155 mil pessoas, e a CIC, 240 mil. Essas áreas não tinham serviço judiciário. É a Justiça mais perto das pessoas.

#### E os demais prédios de Curitiba?

A única coisa que está pendente é o Fórum Cível, com uma construção emergencial, que vai abrigar 30 varas cíveis lá onde vai ser o complexo judiciário, que é uma obra orçada ao redor de R\$ 750 milhões. E nós não temos orçamento para fazer essas obras. Só que há a necessidade de tirar essas varas daqui porque estão amontoadas. A obra es-

tá andando. Se não houver nenhum empecilho, até janeiro o prédio estará de pé e no mais tardar até junho, julho, estará pronto para 30 varas cíveis.

#### O que o senhor achou da manifestação que ocorreu no dia 5/7 na frente do Fórum Cível, a respeito da estrutura do prédio?

Havia 15 gatos pingados. Todos os laudos técnicos indicam a solidez do prédio da Cândido de Abreu, que suporta 1.200 quilos por metro quadrado. Este prédio onde estamos agora suporta 850 [anexo do tribunal]. De qualquer maneira contratamos uma empresa que fará o laudo completo. Já autorizei os meus servidores a procurarem um prédio para locação. Se tiver um prédio que possa abrigar as nossas varas cíveis, nós vamos mudar. A minha preocupação fundamental é com a segurança do usuário, a segurança do povo e dos servidores e juízes. Não vamos cometer a sandice de, se houvesse algum perigo, manter isso aí funcionando.

## CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

### **O senhor falou de investimentos no primeiro grau de jurisdição.**

O grande gargalo da Justiça se chama primeiro grau. É onde o processo entra. Onde o povo tem contato com o Judiciário, propõe a demanda, mas não sabe quando vai sair. Porque o primeiro grau é emperrado. A coisa é complicada. Falta estrutura, juízes, varas, assessoria. Isso tudo foi identificado num planejamento estratégico. A nossa gestão fez um investimento no primeiro grau de jurisdição. Primeiro com a criação de novas varas e comarcas. Criamos mais de 150 vagas de juiz.

### **Eles já assumiram?**

Não houve a velocidade do preenchimento porque nós não tínhamos estoque de juízes. Terminamos um concurso no qual foram aprovados 58. Estamos terminando o segundo. Deflagramos o terceiro. Instalamos no interior todas as varas que tinham sido criadas em 2003 e que até hoje não haviam sido instaladas.

### **Cada juiz tem centenas de processos para julgar. Isso basta?**

O ponto fundamental é a questão do assessoramento dos juízes. Para Curitiba e para as seis comarcas de entrâncias finais de interior, havia apenas 190 assessores. Hoje todos os juízes do Paraná têm assessoria de bacharel em Direito. Mais de 1.200 cargos de assessores foram criados. De servidores, mais de 700. Esses 1.200 são comissionados e bacharéis em Direito.

### **Existe alguma possibilidade de fazer concurso para ocupar essas vagas de assessores comissionados?**

Essa assessoria, apesar de ser qualificada, de bacharel, é quase que um rito de passagem. Os assessores querem prestar concurso pra juiz. O sujeito ganha ao redor de R\$ 2 mil. Se nós tivéssemos aqui uma remuneração compatível, por exemplo, R\$ 13 mil como paga a Justiça Federal, ou R\$ 9 mil como paga o Tribunal de Minas Gerais, nós encontraríamos bacharéis em Direito de boa qualidade.

### **O salário dos técnicos é maior. Não há como aumentar o salário dos assessores e assim atrair pessoas mais qualificadas?**

Um assessor DAS 4 ganha ao redor de R\$ 4 mil. Hoje um técnico judiciário no tribunal ganha no mínimo R\$ 5 mil. O técnico não é necessariamente bacharel em Direito, mas pode ser. Temos de melhorar isso urgentemente.

### **Um relatório do CNJ, o Justiça em Números, de 2011, apontou como um dos problemas da Justiça a baixa produtividade dos juízes.**

Eu acho que esse dado é furado porque todo esse nosso investimento em assessoria de juízes aconteceu neste ano. A partir de agora vamos ter um parâmetro. A produtividade de 2012 vai ser real, vamos ter um ganho de produtividade. O objetivo da contratação de mais assessores é justamente esse.

### **Qual o orçamento ideal para o TJ-PR?**

Teremos ano que vem R\$ 1,516 bilhões. O ideal seria perto de R\$ 2 bilhões.

**“A produtividade de 2012 vai ser real, vamos ter um ganho de produtividade. O objetivo da contratação de mais assessores é justamente esse.”**

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 NOV 2012



**"Se não houver nenhum empecilho, até janeiro o prédio [do Fórum Cível] estará de pé e no mais tardar até junho, julho, estará pronto para 30 varas cíveis."**

# 12 NOV 2012

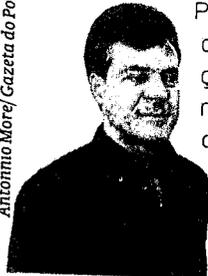
## GAZETA DO POVO

### NOTA POLITICA

## Richa move ADI contra TCE

O governador do Paraná, Beto Richa, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativas ao Sistema Integrado de Transferências (SIT). Para o governador, diversos dispositivos da Resolução 28/2011 e da Instrução Normativa 61/2011 ferem a Constituição porque usurpam da competência, assegurada ao Legislativo, de dispor sobre diversas das matérias previstas nesses atos, com a iniciativa de lei do chefe do Poder Executivo. As normas tratam de atos como execução, fiscalização, prestação de contas e encaminhamento ao TC das transferências de recursos estadual e municipal da Administração Pública direta e indireta por meio do SIT. O relator do processo é o ministro Marco Aurélio Mello.

Antônio Morel/Gazeta do Povo



### Concurso do TRT é suspenso após estruendo em prédio

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) divulgou uma nota ontem confirmando a suspensão do concurso do Tribunal Regional do Trabalho. A decisão foi tomada "em função de problemas na estrutura do prédio da Universidade Paulista", um dos locais onde a prova estava sendo realizada ontem pela manhã, em Brasília. Segundo os bombeiros, houve dilatação e estufamento do piso de algumas salas. Estava prevista outra etapa do exame para a tarde. O concurso será re-aplicado para todos em datas a serem divulgadas em breve.

12 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## GEROLDO AUGUSTO HAUER

### Nome de sócio na Certidão de Dívida Ativa da empresa

#### ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G A HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

**P**recupação que muitos já passaram, discutiram, suas empresas provaram e os sócios que nem sequer gerenciavam departamentos a final se liberaram.

Mas o simples fato de constar o nome de sócio em certidão de dívida ativa de sua empresa, na sem-razão que muitas vezes se faz presente, deixa a pessoa vulnerável? À primeira vista, muitos responderiam que não, pois a execução fiscal é direcionada para a pessoa jurídica e não aos seus sócios.

Porém em recente julgado da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, o entendimento converge para a resposta contrária, tida como absurda. Sim, é possível o redirecionamento da execução fiscal proposta contra pessoa jurídica aos seus sócios, cujos nomes constem na Certidão de Dívida Ativa (CDA).

A tese, já firmada em "recurso repetitivo", foi aplicada para decidir recurso sobre execução fiscal a favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo como relator, o ministro Benedito Gonçalves.

No julgamento do recurso em questão, o recorrente sustentou que os sócios não praticaram nenhum ato que justificasse sua inclusão no polo passivo

da execução fiscal, bem como, que o INSS não demonstrou a sua ocorrência, não se amoldando o caso à tese fixada no julgamento do recurso repetitivo e que isso não foi apreciado pela corte de origem.

A tese supracitada foi fixada no Recurso Especial nº 1104900 julgado pelo regime dos recursos repetitivos e sedimentou o entendimento da Primeira Turma, confirmando que se a execução ajuizada apenas contra a pessoa jurídica, mas o nome do sócio consta da CDA, cabe a ele (sócio), provar que não ficou caracterizada nenhuma das circunstâncias previstas no artigo 135 do Código Tributário Nacional. Traduzindo, isto significa que não aconteceram atos praticados pelo sócio na sociedade com excesso de poderes, ou infringindo dispositivo de lei, nem contrariando o próprio contrato social, estatuto, muito menos tendo ocorrido a dissolução irregular da sociedade.

Em seu voto, o ministro Benedito Gonçalves constatou que "no caso concreto, como bem observado pelas instâncias ordinárias, o exame da responsabilidade dos representantes da empresa executada requer dilação probatória, razão pela qual a matéria de defesa deve ser aduzida na via própria (embargos à execução) e não por meio do incidente em comento."

Ou seja, é ônus do sócio comprovar que não há indícios de

fraude, ou qualquer das situações previstas na legislação citadas acima, para que seja desautorizado o redirecionamento da execução. Só assim, prosseguirá a cobrança apenas contra a empresa.

Neste sentido, resta ainda a indefinição por parte do Superior Tribunal de Justiça, com relação ao início da contagem do prazo para prescrição do redirecionamento de cobranças tributárias à sócios. Seu início para chegar aos cinco anos vale se constata a partir da constituição do crédito fiscal? ou da constatação de fraude ou dissolução irregular da sociedade?

O julgamento para definir o prazo, que já se iniciou há mais de um ano demonstra pelos primeiros votos proferidos, que a discussão ainda se prolongará no tempo. Esperamos que o fim seja benéfico ao contribuinte-sócio, este que está sendo cada vez mais responsabilizado em meio à insegurança jurídica, consequente do direcionamento tantas vezes infundado da execução.

(Colaboração: Carolina Chaves Hauer, G. A. Hauer Advogados Associados - geroldo@gahauer.com.br)

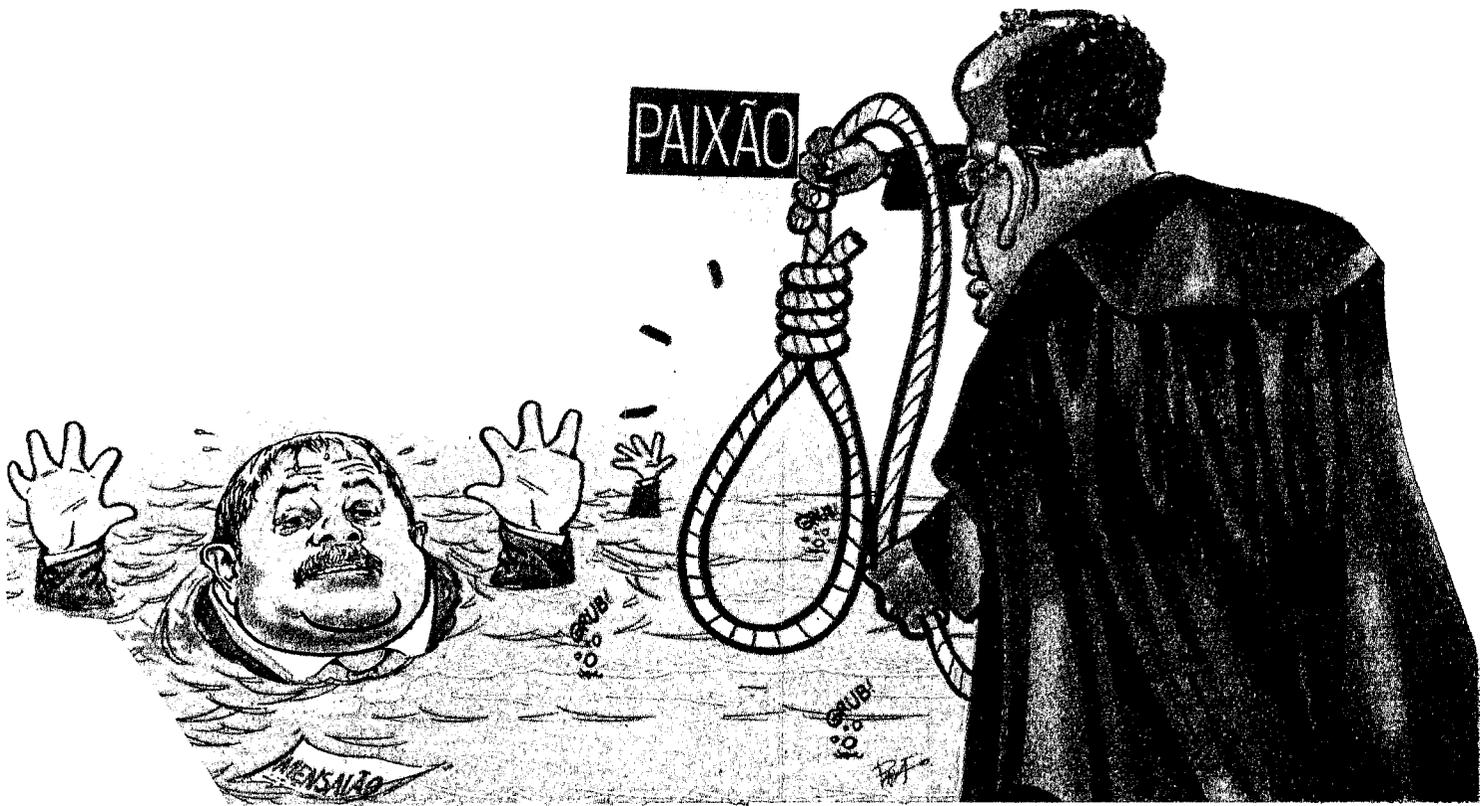
1 2 NOV 2012  
GAZETA DO POVO

» TIAGORECCHIA



1 1 NOV 2012

GAZETA DO POVO



1 1 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## BESSA

### **Operação pró-Kukina**

Além do novo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Luiz Kukina, o presidente daquela corte, Felix Fischer, também tem fortes ligações com o Paraná. Nos bastidores, além do óbvio empurrão da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Agide Meneguette, buscou apoio a Kukina em razão das ligações que tem exatamente no gabinete do presidente do STJ.



Outro articulador foi o ex-ministro Euclides Scalco, amigo do peito de Fischer.

1 1 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» TRÂNSITO

## Em busca de uma Lei Seca mais dura

André Simões, especial para a Gazeta do Povo

Tirar de uma tragédia pessoal a força para iniciar uma campanha propondo alterações na legislação sobre embriaguez ao volante. Essa é a história do engenheiro Rafael Baltresca, que em um ano colheu assinaturas já conseguiu 700 mil adesões para um projeto popular que pretende mudar a Lei Seca — para ser apreciado pelo Congresso, são necessárias assinaturas de 1% do eleitorado nacional, o que equivale a aproximadamente 1,3 milhão de assinaturas.

Em setembro do ano passado, Miriam e Bruna Baltresca, mãe e irmã de Rafael, morreram atropeladas em São Paulo por um homem que dirigia embriagado, numa velocidade superior a 140 km/h. O atropelador se recusou a fazer o teste do bafômetro, mas exames posteriores de sangue comprovaram sua embriaguez. Ele passou duas semanas preso, mas foi liberado sem pagamento de fiança e aguarda julgamento.

Um mês depois da tragédia, contando sua história num programa de TV, Rafael conheceu o advogado Maurício Januzzi, presidente da Comissão de Trânsito da OAB-SP. Resolveram juntar forças e criar o movimento "Não Foi Acidente". A história de Rafael daria visibilidade ao projeto de lei de

Januzzi, que tem como objetivo endurecer a Lei Seca. Entre as principais mudanças previstas no projeto estão o aumento de pena para crimes de morte relacionados a embriaguez no trânsito e a instituição da tolerância zero no limite alcoólico.

Atualmente, quem bebe álcool, dirige e mata a alguém está sujeito a pena de dois a quatro anos de prisão, se for réu primário. O projeto quer modificar o tempo de detenção para entre cinco e nove anos, de modo a fazer com que o condenado passe parte da pena efetivamente preso.

Os limites alcoólicos para dirigir, seja qual for a medida, também são combatidos pelo projeto. Determinando índices máximos, a aferição de embriaguez só pode ser feita por aparelhos eletrônicos como o bafômetro, cujo uso pode ser recusado por qualquer pessoa. O "Não Foi Acidente" propõe que, em regime de tolerância zero, o estado de embriaguez possa ser determinado por qualquer médico.

### Dados

De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 40 mil pessoas morrem por ano em acidentes de trânsito no Brasil. A Câmara dos Deputados aprovou em abril deste ano projeto que amplia as formas reconhecidas de averiguar se o condutor está embriagado.

A proposta também dobra o valor da multa para quem dirigir embriagado, subindo de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40. O projeto aguarda para ser votado pelo Senado Federal.

## INJUSTIÇA

### Prisão para quem mata ao dirigir bêbado é incomum no Brasil

"Acidente é algo que não se espera, uma pedra que cai na sua cabeça. Quando alguém se embriaga e mata alguém com o carro não dá para falar em acidente, é crime." Apesar das palavras duras, Rafael Baltresca afirma que não sente ódio do homem que atropelou sua mãe e sua irmã. Apenas deseja que ele fique preso, como forma de justiça. "Cada um faz o que quer, é o livre arbítrio, mas temos de assumir as consequências. Quero que ele repense o que fez e sirva de exemplo", diz.

Depois de um ano de pesquisas, Rafael encontrou apenas cinco casos de pessoas que foram presas no país por matarem alguém enquanto dirigiam embriagadas. "Isso precisa mudar", afirma. O número de adesões à campanha o surpreendeu. "Estamos indo muito bem, pessoas de locais muito distantes de São Paulo assinaram", afirma.

Trabalhando atualmente com palestras motivacionais, Rafael usa sua história como exemplo de que grandes baques não podem fazer uma pessoa perder o gosto pela vida. "É a última coisa que as pessoas que se foram gostariam de ver acontecendo", diz.

# GAZETA DO POVO

**Elio  
Gaspari**

1 1 NOV 2012

## Querem domesticar a internet

**C**om mão de gato, puseram pelo menos dois cascalhos no projeto do marco regulatório da internet que permitirão a censura da rede. Coisa de mágicos. Veja-se o parágrafo 3.º do artigo 9.º: “Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar, analisar ou fiscalizar o conteúdo do pacotes de dados, ressalvadas as hipóteses admitidas na legislação”.

É o arcabouço do qual saiu o modelo chinês. A internet é livre, desde que cumpra as normas de serviço, portarias e regulamentos do governo. Felizmente o deputado Miro Teixeira apresentou uma emenda supressiva ao texto do comissariado, cortando-o a partir de “ressalvadas as hipóteses”.

Outro dispositivo diz que, para “assegurar a liberdade de expressão”, o provedor poderá ser responsabilizado civilmente se não cumprir uma ordem judicial que manda bloquear uma conexão. A coisa fica assim. O soldado Bradley Manning rouba 750 mil documentos secretos do governo americano, transmite-os para o site Wikileaks por meio de um sistema impossível de ser rastreado (ele só foi descoberto porque contou sua proeza), e um juiz de Mato Grosso manda o Google esterilizar o link. Se não o fizer, pagará uma multa, e seu gerente poderá ser preso.

O projeto, que poderá ser votado terça-feira, fala na defesa da liberdade de expressão e de acesso à informação para aspergir limitações. É a técnica da reunião que baixou o AI-5, na qual se falou 19 vezes em democracia e criou-se a ditadura.

### Joaquim 2014

Pode parecer óbvio: Joaquim Barbosa seria candidato a presidente da República em 2014. A novidade está no fato de que pessoas habituadas a ler os astros começam a fazer planos levando em conta essa possibilidade. Nesse cenário, Barbosa não concluiria seu mandato de dois anos na presidência do Supremo. Ninguém ouviu uma só palavra do ministro, mas, dois anos antes da eleição, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso também não falavam no assunto.

# “Indicação é reconhecimento às tradições jurídicas do PR”

Felipe Anbá

## ENTREVISTA

SÉRGIO LUIZ KUKINA,  
procurador do Ministério  
Público Estadual.

**D**epois de exercer por cerca de 20 anos o cargo de procurador do Ministério Público Estadual, Sérgio Luiz Kukina, 52 anos, deve ser ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a partir do ano que vem. Kukina recebeu indicação da presidente Dilma Rousseff (PT) para assumir a função, ocupando a vaga do ministro Hamilton Carvalhido, aposentado desde maio de 2011. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

O nome do procurador curitibano foi levantado a partir de uma lista tríplice definida pelo STJ em 21 de maio deste ano, em que constavam ainda os nomes dos procuradores Sammy Barbosa Lopes (Acre) e José Eduardo Sabo Paes (Distrito Federal). Na listagem inicial, 51 candidatos disputavam a cadeira.

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), atualmente o procurador chefia a Coordenadoria

de Recursos Cíveis do Ministério Público. Antes de assumir o cargo, ele deve passar por sabatina do Senado, ainda sem data para acontecer. Na entrevista concedida à Gazeta do Povo, Kukina destacou a valorização das “tradições jurídicas do estado” que a indicação representa.

**Como o senhor avalia esta indicação? Era algo que o senhor já esperava?**

Há cinco meses a lista tríplice estava nas mãos da presidente Dilma, aguardando que ela escolhesse um dos nomes. [A indicação] não era algo que eu esperava, porque os outros dois candidatos são juristas altamente gabaritados, com um amplo conhecimento e comprovada competência. A escolha me impõe uma responsabilidade muito grande e eu espero poder contribuir.

**O que significa para o estado ter um paranaense como ministro de uma alta corte do país?**

É um reconhecimento às tradições jurídicas do estado e à qualidade dos nossos juristas. O Paraná sempre produziu ótimos profissionais do direito, nas mais diversas áreas, com escolas de excelência na formação jurídica. Esta indicação é re-

conhecimento a tudo isso e é muito positiva ao estado. Na sua avaliação, qual o principal papel da corte que o senhor irá compor? O STJ tem o papel de uniformizar a aplicação da Constituição Federal, de dar interpretação às leis federais. A importância é enorme, porque as decisões, os julgamentos do STJ, servem de referência às outras cortes em todo o país. Então as questões analisadas pelo STJ dizem respeito a toda a sociedade.

**Que qualidades que o senhor desenvolveu como procurador do MP e que serão usadas no novo cargo?**

Como procurador do MP fui responsável por recorrer de ações junto ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Então, eu me especializei neste ofício. Foi um grande aprendizado, que agora vou estar no outro lado, vou passar a julgar as matérias.

**Qual a contribuição que o STJ pode dar para a democracia?**

Uma contribuição enorme. O STJ é conhecido como o Tribunal da Cidadania, então, é preciso que a corte dê ao cidadão a confiança de que está zelando pelos direitos mais relevantes de toda a sociedade brasileira, em tempo integral.

1 0 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“O STJ tem o papel de dar interpretação às leis federais(...). Os julgamentos do STJ, servem de referência às outras cortes.”**

## APROVAÇÃO

Confira o processo para efetivação do ministro. Antes de ser nomeado pela presidente, o procurador precisa passar por sabatina do Senado Federal

» O artigo 104 da Constituição Federal exige que um terço dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) seja composto de juízes dos tribunais regionais federais, um terço entre os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e um terço dividido entre advogados e integrantes do Ministério Público, categoria da vaga que deve ser ocupada por Sérgio Luiz Kukina;

» O Plenário do STJ é responsável pela indicação dos nomes em sistema de lista tríplice, encaminhada à presidência;

» Após a indicação, o procurador deve passar por uma sabatina da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que ainda não tem data definida. O objetivo é conferir se o indicado reúne os requisitos exigidos para o exercício da função, como notável saber jurídico e reputação ilibada;

» Depois, o procurador tem o nome submetido ao plenário do Senado, em votação secreta que dá o parecer final;

» Após a aprovação, ele pode ser nomeado pela presidente e, em seguida, empossado.



# GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA

## Homicídios no trânsito crescem 9% no Paraná

Rafael Waltrick

Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná divulgados nesta semana mostram que o número de homicídios culposos no trânsito (quando não há intenção de matar) aumentou 9% em relação a 2011 em todo o estado. No total, de janeiro a setembro deste ano, foram 1.902 mortes relacionadas a acidentes com veículos — em 2011, foram 1.739.

O levantamento usa como base os boletins de ocorrência unificados registrados nas polícia Civil e Militar. Curitiba lidera o ranking dos municípios com mais mortes, contabilizando 179 homicídios culposos nos três primeiros semestres. Ao contrário do cenário estadual, a capital registrou diminuição de 8% no número de vítimas, em comparação com o mesmo período do ano passado.

As outras cidades com mais mortes foram Londrina (97), Ponta Grossa e Cascavel (com 89 mortes cada) e Arapongas (56). A evolução no número de mortes no estado foi acompanhada pelo aumento da frota nos municípios. De setembro de 2011 até o mesmo mês deste ano, a quantidade de veículos circulando nas ruas aumentou 7%, chegando à marca de 5,6 milhões.

# 1 0 NOV 2012

## VIOLÊNCIA

O Paraná registrou um aumento de 9% no número de homicídios culposos no trânsito (quando não há intenção de matar), em relação ao ano passado.

Ano <sup>1</sup>	Total de mortes	Varição em %
2010	1.715	
2011	1.739	1%
2012	1.902	9%

### Cidades mais violentas em 2012

Somente Curitiba concentrou 9% das mortes no trânsito até setembro

Mortes	
Curitiba	179
Londrina	97
Ponta Grossa	89
Cascavel	89
Arapongas	56

### Mortes por bairros de Curitiba

Segundo a Sesp, os homicídios culposos no trânsito estão concentrados na região sul da capital

Mortes	
Cidade Industrial	20
Centro	15
Tatuquara	13
Pinheirinho	10
Total	179

1. De janeiro a setembro de cada ano.

Fonte: Sesp.  
Infografia: Gazeta do Povo.

10 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

## Execução contra a Fazenda Pública

DE OLHO  
NO LEÃO

**Q**uando a Fazenda Pública cobra judicialmente um crédito qualquer, devido pelos súditos, em regra são apresentadas ao juiz uma breve exposição dos fatos e, acompanhando a inicial da execução, planilhas dos cálculos, compreendendo o valor original da dívida e os seus consectários legais, como juros, multa e atualização monetária. Além dessas informações, também são demonstrados os dispositivos da legislação em que se baseiam os índices de atualização.

Nos três níveis de governo (União, Estado, Município e Distrito Federal), existem equipes técnicas especialmente treinadas para esse mister, auxiliadas por sofisticados softwares, diariamente atualizados para localizar os mais complexos dados relacionados às mudanças da moeda e fatores de conversão.

### O outro lado

Infelizmente, quando a execução judicial de um crédito ocorre de forma inversa ou invertida, surge para o credor particular um dilema tormentoso. Por mais que o valor exequendo por ele apresentado se aproxime da perfeição, a Fazenda Pública sempre encontra fio de cabelo na casca do ovo e, por conta disso, aciona a sua respectiva im-

pugnação, fazendo surgir nova controvérsia, cujo deslinde não raro se alonga por tempo superior ao curso de uma ação ordinária.

Se, por uma infelicidade, o súdito cochilar na aplicação de um simples índice de atualização de seus haveres, estará sujeito ao pagamento da verba de sucumbência, fixada pelo juiz. Portanto, toda atenção é pouca no momento de cobrar dívidas do Leviatã. Como se sabe, ele é péssimo pagador e recalcitrante no cumprimento de suas obrigações, mesmo quando obrigado por decisão judicial.

### Surge uma luz

Mas nem tudo está perdido. Por conta dessa problemática, verificada nas lides forenses existentes nos quatro cantos do país, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul acaba de brindar o cidadão com exemplo digno de registro. Por meio de uma atuação simplificada nos processos judiciais, criou um sistema que se antecipa à ação movida pelo particular com direito a receber um crédito de pequeno valor. Significa que o próprio governo, por intermédio de seus advogados, apresenta os cálculos dos valores a serem pagos, elaborados por um software com capacidade para resgatar, de um banco de dados, todas as informações inerentes a essa conta.

Se o particular/credor concordar com o valor apresentado, a Secretaria da Fazenda recebe

a denominada Requisição de Pequeno Valor (RPV) e liquida a fatura, nos casos envolvendo até 40 salários mínimos. Segundo as projeções, a fase de execução pode ser reduzida de dois anos para seis meses.

Essa iniciativa desburocratizante garante a redução de custos para as partes e contribui para uma efetiva agilização no trâmite dos processos judiciais.

Que os demais governos de Pindorama sigam o exemplo.

1 0 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» CRUZEIRO DO SUL

## Justiça manda soltar Índio da Costa

■ A Justiça Federal concedeu ontem habeas corpus para liberar o banqueiro Luis Octavio Índio da Costa, preso desde a semana passada no cadeião de Pinheiros (zona oeste), em São Paulo.

A decisão foi do desembargador José Lunardelli, do TRF (Tribunal Regional Federal) de São Paulo e o banqueiro deveria ser liberado ainda ontem. Ex-dono do Banco Cruzeiro do Sul, Luis Octavio estava preso desde o dia 22 por ordem da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Ele é suspeito de crimes contra o sistema financeiro e crimes contra o mercado de capitais, além de lavagem de dinheiro, segundo a Polícia Federal.

## TRE alega que ações eleitorais seguem trâmite normal

■ Em relação à matéria "Passado um mês da eleição, TRE tem cerca de 50 ações sem resposta", publicada na última quinta-feira na *Gazeta do Povo*, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) encaminhou nota afirmando que os 50 processos "sem respostas" referidos na matéria seguem o seu trâmite normal, com a observância dos prazos legais. "A Justiça Eleitoral

## DECISÃO

### Eleito em Campo Magro poderá assumir

■ Os 5.305 votos (34,78%) recebidos por Louvanir Joãosinho Menegusso, prefeito eleito de Campo Magro, passam a ter validade e ele pode assumir o cargo. O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Antônio Dias Toffoli, revogou a decisão que o impedia de assumir a prefeitura em janeiro do próximo ano.

A candidatura de Menegusso estava sob júdice porque ele foi enquadrado na Lei da Ficha Limpa – que o impedia de disputar a eleição municipal. Menegusso teve as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TC) e disputou a eleição graças a uma liminar concedida pelo próprio Toffoli. No início desta semana, num novo julgamento, o ministro considerou que as irregularidades que ensejaram a rejeição de contas "não configuram vícios de natureza insanável ou atos dolosos de improbidade administrativa". Diante desse entendimento de que não ficou configurado ato doloso, explica o advogado Guilherme Gonçalves, o prefeito eleito "não pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa".

não possui nenhum recurso em atraso", afirma o TRE-PR. O tribunal ainda alega que o andamento dos recursos na corte "é extremamente célere, como exige a legislação eleitoral."

### Judiciário força MEC a reconhecer cursos de pós

■ Instituições não educacionais, como entidades de classe e sindicatos, vêm buscando na Justiça a chancela do Ministério da Educação para seus cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Isso porque o MEC deixou de credenciar suas especializações e MBAs em agosto de 2011. No entanto, ao menos dez decisões judiciais de SP, MG e DF garantiram o mesmo tratamento dado às instituições educacionais, segundo levantamento da Abipg (Associação Brasileira de Instituições de Pós Graduação).

O MEC reconhece que inúmeras instituições "com inequívoca competência" solicitaram credenciamento da pasta. Mas argumenta que a maioria delas tem uma atuação "limitada à capacitação profissional, sem aparente necessidade dos efeitos acadêmicos".

10 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## Dirceu e mais três condenados entregam passaportes ao Supremo

**“A decisão do relator Joaquim Barbosa de apreender os passaportes dos réus da Ação Penal 470 é puro populismo jurídico e uma séria violação aos direitos dos réus ainda não condenados, uma vez que o julgamento não acabou.”**

José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, em nota publicada em seu blog.

Pedro Corrêa, João Cláudio Genu e Rogério Tolentino também deixaram seus documentos, depois de pedido do relator

■ O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha no julgamento do mensalão, entregou ontem seu passaporte ao Supremo Tribunal Federal (STF). Outros três réus condenados — o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), a ex-assessor parlamentar do PP João Cláudio Genu e o advogado Rogério Tolentino — também já deixaram seus passaportes no STF. Os documentos estão no gabinete do ministro Joaquim Barbosa, relator do processo do mensalão.

Outros 20 réus condenados, entre os quais o ex-presidente do PT José Genoino, também precisam entregar

o documento.

Eles atendem uma determinação do relator do processo, Joaquim Barbosa, que determinou que os 25 réus condenados entregassem seus passaportes. Foi dado um prazo de 24 horas, a partir do momento em que fossem notificados. A decisão foi tomada após um pedido feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Na decisão, o relator argumentou que “os acusados são pessoas com notório poder político e, alguns, de grande poder econômico, sendo necessário adotar-se providências para garantir a eficácia da decisão final”.

No despacho, Joaquim Barbosa fez críticas ao comportamento de alguns réus. “Uns [réus], por terem realizado viagens ao exterior nesta fase final do julgamento. Outros, por darem a impressão de serem pessoas fora do alcance da lei, a ponto de, em atitude de manifesta afronta a este Supremo Tribunal Federal, qualificar como ‘política’ a árdua, séria, imparcial e transparente ativida-

de jurisdicional a que vem se dedicando esta Corte, desde o dia 2 de agosto último”, disse.

### Entrega

Em texto publicado quinta-feira em seu blog, Dirceu reclamou da decisão e disse que a medida pode ser encarada como “populismo jurídico”.

Para o ex-ministro da Casa Civil, a decisão “é tentativa de intimidar os réus, cercar o direito de defesa e expor os demais ministros ao clamor popular”.

Apesar das críticas, Dirceu também reproduziu nota de autoria de José Luís de Oliveira, advogado que o defende no STF. No texto, o defensor disse que entregaria o documento de seu cliente. Ele afirmou que numa democracia há liberdade de expressão para criticar uma decisão judicial. Mas também disse que “decisões judiciais devem ser respeitadas e cumpridas”.

Segundo a assessoria de imprensa do STF, Genu entregou seu passaporte na quinta-feira. Tolentino já tinha feito isso antes mesmo da decisão de Barbosa

CONTINUA

# 1 0 NOV 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### **Defesa**

O ministro Gilmar Mendes defendeu a decisão de recolher os passaportes. “São cautelas que devem ser tomadas, até porque o juiz que conduz que o processo depois fica com a responsabilidade [de uma eventual fuga]”, disse o Mendes. O ministro citou o caso do ex-médico Roger Abdelmassih, que fugiu após receber um habeas corpus dado pelo próprio em 2009, quando era presidente do STF. “São advertências que os fatos nos fazem”, afirmou Mendes.

# GAZETA DO POVO

» BARBOSA NA PRESIDÊNCIA

**“De tédio não  
morremos”,  
diz Marco**

**1 0 NOV 2012**

## **Aurélio**

**I**O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Melo, voltou a criticar o colega Joaquim Barbosa, relator do mensalão, e disse ontem que os ministros não são “vaquinhas de presépio para só dizer amém”, se referindo às reclamações de Joaquim Barbosa com relação às decisões dos outros ministros.

O posicionamento do ministro corrobora algumas críticas que têm sido feitas ao relator do processo do mensalão no que diz respeito a sua postura durante o julgamento do caso. Por vezes, Joaquim Barbosa se exalta durante as sessões do Supremo e gera desavenças com seus pares.

No próximo dia 18, o presidente do Supremo, ministro Carlos Ayres Britto, completa 70 anos e terá que se aposentar compulsoriamente. Com isso, Barbosa vai assumir a presidência e acumular a relatoria do processo do mensalão no final do julgamento.

“Deus queira que ele entenda que o presidente coordena, e não enfia goela abaixo o quer que seja. Nós so-

mos iguais, nos completamos mutuamente. A divergência é própria do regime democrático. Não estamos ali para o relator colocar a matéria e sermos vaquinhas de presépio para dizer amém”, afirmou Marco Aurélio, em evento na Advocacia-Geral da União (AGU) que aconteceu em São Paulo. O ministro ainda ironizou a situação pela qual o Supremo vai passar. “De tédio não morremos”, alfinetou.

Marco Aurélio criticou o tempo levado para julgar o caso dizendo que o STF virou um “tribunal de processo único” e disse que se a ação tivesse sido desmembrada o julgamento já teria terminado.

“Sou um homem otimista por educação e também por atividade. Mas, creio que o veredito final só virá em 2013”, calcula. Sobre a decisão de Barbosa de recolher os passaportes dos réus condenados, Marco Aurélio lembrou que as defesas poderão recorrer dela.

“É uma matéria em aberto. Foi uma decisão do relator e não do colegiado. Vou me reservar a um pronunciamento sobre a medida tida acauteladora se provocado por um dos acusados mediante um recurso cabível contra a decisão que é o agravo regimental”, afirmou o ministro.

Questionado se tomaria a mesma medida se fosse relator, o ministro disse apenas: “cada cabeça é uma sentença”.

**“Deus queira que ele entenda que o presidente coordena, e não enfia goela abaixo o quer que seja. Não estamos ali para sermos vaquinhas de presépio.”**

Marco Aurélio de Melo, ministro do STF.

12 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Eleição no TJ mobiliza 120 magistrados no PR

**Presidente do órgão será eleito hoje e assumirá  
um dos maiores orçamentos públicos do Paraná,  
fixado em R\$ 1,5 bilhão para 2013**

## **ELEIÇÃO NO TJ Quatro candidatos disputam presidência**

**José Lazero Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - Os magistrados conhecerão hoje o novo presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Quatro candidatos disputam a vaga ocupada por Miguel Kfourri Neto desde 2010, e terão pela frente uma eleição disputada entre os 120 desembargadores aptos a votar na formação da próxima direção do TJ. Quem ganhar o Judiciário Estadual assume um dos maiores orçamentos públicos do Paraná, fixado em R\$ 1,5 bilhão só para 2013.

Regina Portes, Guilherme Luiz Gomes, Clayton Camargo e Sérgio Arenhart concorrem pela presidência do TJ. O vencedor deverá conquistar maioria absoluta entre os magistrados, o que significa ao menos 61 votos. No caso de ninguém obter esse resultado na primeira apuração, os dois candidatos mais bem votados disputam entre si um "se-

gundo turno", realizado imediatamente após a divulgação do anterior. Na última eleição, há dois anos, Arenhart perdeu para Kfourri, ficando em segundo lugar na corrida pela presidência. Agora em 2012 ele foi o último a registrar-se na corrida.

Primeira mulher a candidatar-se ao cargo máximo do TJ, Regina Portes ficou mais conhecida no ambiente político por ter suspenso investigação contra o atual governador Beto Richa (PSDB), então prefeito da capital, acusado de "caixa 2" na eleição de 2008. Durante o período em que presidiu o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), coube a ela julgar liminarmente pedido do PSDB, que paralisou a acusação enquanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondia a recurso judicial. Como Beto Richa renunciou para assumir o governo, foi excluído do caso por perda de objeto.

Guilherme Luiz Gomes é o "caçula" da disputa, por ser o desembargador com menos tempo de tribunal entre os quatro candidatos. Homem de confiança do atual presidente do TJ, Gomes é o responsável pela estatização dos cartórios no Paraná. Também já foi presidente da Associação dos Magistrados do Para-

ná (Amapar), na década de 1990, mesmo cargo que deu popularidade para Kfourri Neto. Primeiro colocado na lista de antiguidade, Clayton Camargo, pai do deputado estadual Fábio Camargo (PTB), também deseja a vaga. Ele começou no Ministério Público, vindo para o TJ na vaga do Quinto Constitucional.

Existem disputas pelos outros cargos de direção do TJ. Haverá competição para a primeira e segunda vice-presidência, para a vaga de corregedor-geral e para o Conselho da Magistratura. "Os próximos dirigentes terão em mãos uma tarefa bastante trabalhosa, que é a de acompanhar a evolução das mudanças havidas no novo Poder Judiciário", comenta Fernando Ganem, magistrado que atualmente preside a Amapar. Em material divulgado pela associação, ele disse que a instituição não tomou partido no pleito, mesmo fazendo elogios pelo investimento feito na expansão no primeiro grau.

**CONTINUA**

1 2 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

"Agora não podemos perder de vista o segundo grau", declarou o presidente da Amapar. "A tendência natural é a de que aumentem os recursos e o segundo grau fique assoberbado. Essa situação merece atenção especial da cúpula diretiva, para que os polos não se invertam e a prestação jurisdicional acabe sendo prejudicada justamente pela falta de estrutura na instância superior", alerta Ganem.

1 2 NOV 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Ayres Britto

### deixará processos importantes no STF sem definição

**Brasília** - Não é apenas a conclusão da Ação Penal 470 que ficará desfalcada com a aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), na próxima sexta-feira, dia 16. Além de perder as discussões finais sobre as penas dos réus do mensalão, o ministro deixará para trás uma série de processos importantes que estavam sob sua responsabilidade.

Assim que assumiu a presidência, em abril deste ano, Ayres Britto repassou para Cezar Peluso a maioria dos processos acumulados em seu gabinete nos últimos anos – cerca de 6,2 mil. As exceções são aqueles casos que já estavam em fase adiantada, mantidos com o ministro na expectativa de um desfecho próximo.

Com o julgamento do mensalão, que ocupou os últimos meses de atividade da Corte, essa expectativa acabou frustrada. A conclusão desses processos deve ter atrasos consideráveis com a saída de Britto, pois o novo ministro - que ainda será indicado pela presidenta Dilma Rousseff - terá que se familiarizar com os autos antes de preparar seus votos.

Um desses casos é a ação que questiona o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. O caso chegou ao Supremo em 2010, quando o Ministério Público Federal questionou acordo entre o Estado

brasileiro e o Vaticano que prevê o ensino de religião na rede pública do País. Polêmico, o assunto motivou o ingresso de várias entidades interessadas, mas ainda não houve decisão.

Britto também é o relator do fim do pagamento de pensões vitalícias a ex-governadores de estados e seus dependentes. As 12 ações, uma para cada estado, foram propostas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2011. Britto ficou com os casos de Sergipe e do Rio de Janeiro, que estavam prontos para julgamento desde março deste ano.

O ministro também não participará da etapa final do processo envolvendo a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O caso foi julgado pelo STF em março de 2009, mas desde então, vários questionamentos foram feitos sobre os efeitos da decisão. O presidente chegou a pautar os recursos na sessão do dia 31 de outubro, mas não houve tempo para discuti-los.

Mesmo nos casos em que já votou, a saída de Ayres Britto antes do fim do julgamento pode influenciar o resultado, pois os relatores assumem papel protagonista no convencimento dos colegas. Está nessa situação a ação que pretende derrubar a Lei das Organizações Sociais, a que questiona o novo regime de pagamento de precatórios e a que pede o fim do uso do amianto no País.

12 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### Cinco estrelas

Proibidos de fazer greve, militares ironizam a paralisação dos juizes pedindo salários acima de R\$ 24 mil. General ganha R\$ 14 mil brutos.

## METRO

### Tripulantes são julgados

Acontece hoje, em Parana-guá, no litoral do Estado, o julgamento de cinco tripulantes do navio de bandeira maltesa acusados de terem jogado um camaronês no mar da costa paranaense, em junho. O estrangeiro estava escondido clandestinamente na embarcação. Os acusados foram denunciados pelo MPF-PR (Ministério Público Federal) e vão a júri popular. Eles devem responder por tentativa de homicídio quadruplamente qualificado, racismo e tortura.

### CNV assina termo de cooperação com a OAB

Na audiência pública hoje, a Comissão Nacional da Verdade, a OAB-PR e o Observatório da UFPR (Universidade Federal do Paraná) vão assinar termo de cooperação na área dos di-

reitos humanos. Também serão colhidos testemunhos de sobreviventes da repressão do regime militar ocorrida no estado. Será às 9h, no Teatro da Reitoria.

1 1 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Mexida no Funjus**

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná mandou para os deputados estaduais uma proposta que amplia as possibilidades de uso dos recursos do Fundo da Justiça (Funjus), antes restritos à estatização dos cartórios. A proposta que tramita na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná inclui na conta “a expansão dos serviços judiciais do primeiro grau” e o “custeio das serventias estatizadas”.

#### **CLÁUDIO HUMBERTO**

*“...O presidente do Supremo coordena e não enfia goela abaixo”*

Ministro **Marco Aurélio** dizendo pedir a Deus para que Joaquim Barbosa entenda isso

#### **PV quer filiar Eliana Calmon para disputa de 2014**

Com a saída da ex-presidenciável Marina Silva e o crescimento do PV nas eleições municipais, a cúpula do partido cogita convidar a ministra Eliana Calmon (STJ) a se filiar aos verdes e disputar a Presidência da República em 2014. Calmon ganhou fama de heroína do combate à corrupção e impunidade durante sua gestão à frente da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, quando enfrentou “bandidos de toga”.

1 1 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

# 'Nosso país discrimina por cor, gênero e classe social'

→ Pesquisadora aponta que brasileiros têm fama de cordiais e miscigenados, mas mostram face violenta e preconceituosa

**ENTREVISTA**  
*Rosane Borges*  
Jornalista



*Fundamento  
das cotas é de  
destruir, denunciar  
o preconceito*

*Temos que conviver de  
maneira mais equitativa  
e com menos distâncias  
socioeconômicas*

CONTINUA

**Micaela Oriksa**

*Reportagem Local*

**E**m uma nação em que o regime de escravidão escreveu grande parte da história e as políticas de inclusão para combater a desigualdade de cor sempre deixaram a desejar, são ainda atuais e necessárias as reflexões sobre o racismo, a fim de que haja ações efetivas para a promoção de uma nação com igualdade.

O debate acerca da questão racial ganhou força com a instituição, no ano passado, do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. O que torna esse período propício para colocar em destaque as questões que permeiam o tema do racismo em todo o País.

Para a jornalista Rosane Borges, doutora em Comunicação e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no entanto, há mais que se reivindicar do que se comemorar. Apesar de ser uma data histórica, importante para todos os brasileiros, ela destaca que os negros ainda vivem em condições de desvantagem em comparação com a população branca.

A tese pode ser comprovada em números. Quando se considera somente a população branca, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, que ocupa a 79ª posição no ranking mundial, sobe para o 38º lugar, revelando uma melhora

quando há uma segregação por raça. Quando considerada apenas a raça negra, o índice piora e cai para a 114ª posição.

"Se a população negra fica aquém nos dados do IDH é porque falta a ela instrumentos para participar e ter acesso aos bens materiais e simbólicos do País", aponta.

### ***Por que a desigualdade racial persiste no Brasil?***

Veja, nosso país tem 512 anos e há 320 vivos sob o jugo da escravidão. Temos que considerar que o Brasil escravizou durante muitos anos, promovendo uma sociedade hierarquizada, sem investir em nenhuma política de inclusão durante a fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Com isso, as disparidades em termos de Índice de Desenvolvimento Humano estão muito relacionadas a uma situação histórica. O Brasil não é um país pobre. É um país injusto e desigual. A ordenação das estruturas raciais no Brasil ainda tem como fator prevalente o dado racial. E se o poder público - Estados, prefeituras - não perceber essas diferenças, os abismos entre esses grupos permanecerão.

### ***A política de cotas e as celebrações como o Dia da Consciência Negra reforçam o preconceito ou ajudam a combatê-lo?***

Com certeza, ajudam a combatê-lo. Temos muitas cotas no Brasil, para deficientes, para mulheres, mas elas contribuem para pôr em

relevo as assimetrias raciais. Então, muito mais que reforçar preconceito, o fundamento das cotas é de destruir, denunciar o preconceito e promover uma participação equitativa de grupos historicamente discriminados.

### ***Qual é sua avaliação sobre a nova Lei de Cotas, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em outubro e que reserva 50% das vagas nas universidades federais para estudantes de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas?***

Um aspecto que a gente deve ressaltar é que as cotas são reservas numéricas, que visam incidir sobre essas assimetrias, que acabo de mencionar. Nas universidades públicas há um ingresso maciço das pessoas que foram preparadas para o vestibular. É por isso que em termos de presença, elas ainda são um espaço de elite e de classe média, onde a maioria das pessoas negras e pobres não tem acesso. Isso não significa que essa classe tem menos capacidade. É a disputa pelo vestibular que impede que elas participem equitativamente do concurso. Ora, se há esse obstáculo, há que se criar mecanismos que facilitem o ingresso dessas pessoas às universidades públicas. A instituição das cotas, na verdade, faz com que o Estado aperfeiçoe sua política universalista e faça com que a escola pública melhore, porque ela não é um mecanismo isolado. Ela é um mecanismo que força a melhoria e a busca de padrões de excelência na educação básica pública.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

1 1 NOV 2012

***Qual sua avaliação sobre outras possíveis modalidades de cotas, como em concursos públicos ou em cursos de mestrado e doutorado?***

No mestrado e doutorado, as cotas não existem, mas há muitas controvérsias em relação a isso. O racismo existe no ingresso docente, mas há outras questões que também concorrem para essa situação. Quando há um concurso do vestibular, a questão racial se torna prevalente como impedimento, mas na pós-graduação ela não é mais. Existem outras questões, que chamamos de questões difusas, que podem possibilitar o jovem negro a ingressar no mestrado, mas a questão racial não se mostra prevalente depois da formação dele, porque, na verdade, se ele já teve acesso à universidade, significa que já rompeu uma barreira impositiva.

***Quais outras ações afirmativas são recomendadas para reduzir a desigualdade entre brancos e negros?***

O Brasil é signatário do Plano de Ação de Durban (na África do Sul), que foi consensual na Conferência Mundial contra o Racismo, Homofobia, Xenofobia e Formas de Intolerância Correlata em agosto de 2001. Com isso, o Brasil, ao afirmar que é um país desigual no ponto de vista racial, há que construir mecanismos de pro-

moção da igualdade, prevendo ações afirmativas em várias áreas, como no mercado de trabalho, comunicação e educação. E de todas as ações afirmativas, as cotas no ensino superior são apenas um dos instrumentos.

***O Brasil vai chegar a ser um país livre de preconceito racial?***

É o que a gente espera. Nossa história é marcada por tensões, avanços, recuos, mas acredito que nós temos a possibilidade de ser uma nação miscigenada que, do ponto de vista das estruturas, conviva de uma maneira mais equitativa e com menos distâncias socioeconômicas.

***Qual é o caminho para isso?***

O caminho são os movimentos sociais negros que os Estados brasileiros vêm adotando. É a promoção de políticas voltadas para os grupos historicamente discriminados e a discussão cotidiana sobre o racismo no Brasil. É preciso reconhecer que, além de cordiais, alegres e miscigenados, nosso país também tem uma face violenta, que discrimina por cor, gênero e classe social. Reconhecer essa nossa face também é um exercício de cidadania. É um reconhecimento de que podemos ser de fato uma nação que abriga todos os filhos e filhas dessa terra.

1 0 NOV 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### REPRESENTAÇÃO

Dilma escolhe promotor  
do Paraná para o STJ

# Dilma indica paranaense para o STJ

Nome de procurador de  
Justiça foi levado por Gleisi  
Hoffmann; ele ainda passará  
por sabatina no Senado

**Curitiba**—A presidente Dilma Rousseff (PT) escolheu o procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina, do Ministério Público (MP) do Paraná, para a vaga deixada pelo ministro Hamilton Carvalhido no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira. "Recebi a notícia com muita alegria e entusiasmo, depois de uma espera de cinco meses", reconheceu Kukina, que ainda será sabatinado pelo Senado antes de assumir o cargo.

O procurador tem 53 anos e ingressou na carreira do Ministério Público em 1984, tendo trabalhado em sete cidades diferentes antes de chegar à Coordenadoria de Recursos Cíveis do MP, órgão encarregado de interagir com o Supremo Tribunal Federal (STF) e STJ. Nessa função há 20 anos, de 1991 a 1996 Kukina ainda foi assessor do hoje ministro Félix Fischer. "A experiência adquirida ao longo desses anos, atuando nessa área, realmente significa um lastro, que vai ser muito importante para o exercício da nova função", disse o procurador.



*Kukina deve ocupar a vaga do ministro Hamilton Carvalhido*

A indicação de Kukina pelo quinto constitucional implicou numa disputa direta com outros dois membros do MP: José Eduardo Sabo Paes, do Distrito Federal, e Sammy Lopes, do Acre, que tinha o apoio dos petistas Tião e Jorge Viana, governador e senador desse Estado. Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil, intercedeu pelo procurador. Os três candidatos foram previamente selecionados pelos ministros do STJ, dentro de uma lista com 51 indicações. "Kukina é um exemplo de operador do direito, com privilegiada visão social", elogiou o procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia.

"O Brasil está vivendo uma expectativa de várias transformações no campo legislativo, diante da aprovação próxima dos novos códigos Penal, Processual Penal, Civil e Comercial, que exigirá dos membros do STJ uma interpretação que possa condizer com as justas expectativas que estão criadas em torno da eficácia desses novos códigos", avaliou Kukina, de olho no que aguarda em Brasília.

1 0 NOV 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Marco Aurélio diz que ministros não são 'vaquinhas de presépio' do relator

**São Paulo.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Melo voltou ontem a criticar o colega Joaquim Barbosa, relator do mensalão, e disse que os ministros não são "vaquinhas de presépio para só dizer amém". No próximo dia 18, o presidente do Supremo, ministro Carlos Ayres Britto, completa 70 anos e terá que se aposentar compulsoriamente. Com isso, Barbosa vai assumir a presidência e acumular a relatoria do processo do mensalão no final do julgamento.

"Deus queira que ele entenda que o presidente coordena, e não enfia goela abaixo o quer que seja. Nós somos iguais, nos completamos. A divergência é própria do regime democrático. Não estamos ali para o relator colocar a matéria e sermos vaquinhas de presépio para dizer amém", afirmou Marco Aurélio, em evento na Advocacia-Geral da União (AGU) que acontece em São Paulo.

O ministro ainda ironizou a situação pela qual o Supremo vai passar. "De tédio não morremos." Marco Aurélio criticou o tempo levado para julgar o caso dizendo que o STF virou um "tribunal de processo único" e disse que se a ação tivesse sido desmembrada o julgamento já teria terminado.

"Sou um homem otimista por educação e também por atividade. Mas, creio que o veredito final só virá em 2013."

Sobre a decisão de Barbosa de recolher os passaportes dos réus condenados, Marco Aurélio lembrou que as defesas poderão recorrer dela. "É uma matéria em aberto. Foi uma decisão do relator e não do colegiado. Vou me reservar a um pronunciamento sobre a medida tida acauteladora se provocado por um dos acusados mediante um recurso cabível contra a decisão que é o agravo regimental", afirmou o ministro. Questionado se tomaria a mesma medida se fosse relator, o ministro disse apenas: "cada cabeça é uma sentença".

10 NOV 2012

# IMPACTO PARANÁ

## DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PEGOU FOGO!

### UMA ELEIÇÃO QUE PROMETE SER AGITADA EM DOIS TURNOS

Uma verdadeira bolsa de apostas vem sendo feita no Centro Cívico por conta da eleição da nova presidência do Tribunal de Justiça. Com o nome dos cento e tantos desembargadores que vão votar nesta disputa, dia desses um grupo se reuniu em jantar e acabou apontando que a citada eleição pode dar zebra. No Palácio da Justiça já se ficou sabendo a respeito e a campanha dos quatro disputantes a sucessão de Miguel Kfoury Neto acentuou-se.



Quatro candidatos e desembargadores cujos nomes tem uma história no Poder Judiciário de nosso Estado se enfrentam nesta semana vindoura pela conquista da Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná.

Os desembargadores Sergio Arenhardt, Guilherme Gomes, Clayton Camargo e Regina Portes são os concorrentes à sucessão de Miguel Kfoury Neto que está encerrando mandato a frente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Em primeiro passo os quatro disputantes serão definidos através do voto de um colégio de 120 desembargadores que terão em segundo turno os dois primeiros colocados no escrutínio que a princípio escolhe também outros ocupantes de cargos diretivos do Tribunal de Justiça.

Clayton Camargo que a princípio foi considerado favorito nesta

disputa encontrou pela frente uma campanha que com mais três nomes ensejou uma disputa mais equilibrada e que deverá se definir tão somente na hora do voto de cada desembargador, a maioria dos quais faz questão de não antecipar sua decisão a favor de quem quer que seja e preferindo a hora certa para escolher o novo presidente do TJ.

De longe, torcendo naturalmente pelo pai, desembargador Clayton Camargo, estará o deputado Fabio Camargo, parlamentar polêmico que há pouco tempo tentou se transformar em desembargador e enfrentou inúmeras resistências, principalmente por parte da OAB.

Preferências a parte, é certo que a semana inicia em clima de intensa expectativa no Centro Cívico onde a turma da toga vai votar e escolher o novo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

10 NOV 2012

# IMPACTO PARANÁ

## Justiça

Osman de Oliveira  
Advogado

### ELEIÇÃO PARA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL E ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA OAB

Os eminentes Senhores Desembargadores que integram o Poder Judiciário do Estado do Paraná preparam-se para eleger a nova Cúpula do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Respeitadas as proporções assemelham-se eles aos cardeais que se recolhem em orações para escolher o mais capaz para a representação de Deus e da Igreja Católica Apostólica Romana. Essa foi a identificação que todos aprendemos nos catecismos desde a escola, então, primária até mais tarde quando enveredamos pelos mais diferentes caminhos da religião herdada.

Para esta eleição concorrem bons candidatos. Todos alegam possuir os melhores ideais de aplicação e de respeito à Justiça. O atual Presidente do Poder judiciário já manifestou a sua preferência por um deles, - o Desembargador Guilherme Luiz Gomes (foto), - e o qual, por ter sido a vida toda um bom Juiz, poderá



vencer, pois, não tem a presunção da infalibilidade e muito menos o da dogmatização dos despachos.

Não vou falar de todos. Mas não errarei se lembrar do nome de Clayton Camargo, originário do bravo Ministério Público. A sua família possui profundas raízes na judicatura. Lembro-me dele em Bocaiúva do Sul, onde era promotor e dos processos em que atuei como advogado. Ele de um lado e eu do outro procurando ambos a vitória judicial da verdade. Mais tarde tornou-se magistra-

do, elegeu-se Presidente do Tribunal de Alçada e hoje, como Desembargador, postula a titularidade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que é o cargo máximo da aspiração na carreira.

Outra eleição importante será da Ordem dos Advogados, Seção do Paraná. Ao contrário do pleito do Tribunal de Justiça possui candidato único. Trata-se de Juliano Breda. É um jovem com excelente bagagem dentro da advocacia. Representa a esperança, sobretudo, quando o governo tenta atrelar a nobre instituição às leis e medidas impostas de cima para baixo como aconteceu e perdura na inversão da processualística civil e penal e onde os mais antigos operadores do direito são obrigados a reestruturar os seus escritórios, adaptá-los ao sistema eletrônico, a ser atendidos nos balcões dos Cartórios por funcionários nem sempre diligentes e a terem que tratar com assessores de juizes quando uma das prerrogativas do advogado é o de ser recebido pelos próprios magistrados.

São coisas que constroem Profissionais que estão começando.

O Presidente José Lúcio Glomb sai coroado por uma coisa que não acontecia há muito tempo, **sem oposição!** A candidatura única é vitória de quem soube estar à altura da sua classe, quer na administração da instituição, quer na defesa dos direitos dos advogados.

Esse será o maior exemplo de serviços que herdará Juliano Breda. E que aspire e conte com o prestigiamento dos mais antigos e os quais pelos anos de trabalhos não que ser reconhecidos.

1 0 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Bancos desistem de recursos na Justiça

Itaú, Caixa e Banco do Brasil mudam política e deixam de protelar processos em que provavelmente vão perder

**Instituições focam em ações de baixo valor e com entendimento pacificado nos tribunais superiores**

Alguns dos maiores bancos brasileiros têm adotado uma política de redução de litígios judiciais. Na última terça-feira, o Banco do Brasil anunciou que vai iniciar uma política de desistência massiva de recursos no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O banco tem 850 mil processos, 6.000 no STJ. É o quinto maior demandante do tribunal e o 16º em primeira instância.

Caixa e Itaú também têm agido de modo semelhante nos últimos anos. O Itaú afirmou que, desde a fusão com o Unibanco, em 2008, já desistiu de 1.500 recursos no tribunal, cerca de 50% do que existia na época. Já a Caixa informou que, em 2012, abriu mão de 3.185 ações que corriam no STJ, 79% do que havia no momento, e 433 no STF (Supremo Tribunal Federal), 84% do total no período.

“A grande maioria dos recursos era só para protelar. O Itaú foi o primeiro a perceber que isso não era mais sustentável”, afirma o ministro Luis Felipe Salomão, da 2ª seção do STJ, responsável por direito privado.

Segundo o ministro, além de multas aplicadas sobre recursos protelatórios, os bancos perceberam que processos importantes deixavam de ser discutidos porque a justiça estava “atolada” de recursos com entendimento já pacificado.

“A grande maioria dos recursos era só para protelar. A desistência permite que o ministro tome mais cuidado nas teses mais importantes

**LUIS FELIPE SALOMÃO**  
ministro do STJ  
(Superior Tribunal de Justiça)

Só no último mês, chegaram cerca de 1.100 novos processos para os ministros da 2ª seção, responsável por dois terços dos casos do STJ, segundo o ministro.

José Virgílio Vita, diretor jurídico do Itaú, aponta que o banco fez uma seleção daqueles processos em que o STJ já havia firmado entendimento e que, portanto, havia uma chance muita pequena de vitória no recurso.

Abriam mão, por exemplo, de ações em que havia a cobrança de comissão de permanência —valor referente ao pagamento atrasado de débitos simultâneo a cobrança de correção ou juros. O STJ já definiu que, nesses casos, vai decidir que a prática não é permitida. “Não cobramos mais comissão de permanência, mudamos o procedimento do banco”, afirma Vita.

O Banco do Brasil ainda não especificou quais os tipos de ações que deve priorizar nas desistências. Petições de desistência do banco têm chegado com mais frequência ao banco há cerca de dois meses. A Folha apurou que

grande parte delas se referem a processos de pouco valor financeiro, de até R\$ 4.000.

É um critério que também foi usado pela Caixa. Ações de dano moral com valor baixo, processos referentes a contratos de habitação e que se referiam a planos econômicos do FGTS, com entendimento já pacificado, foram os casos mais comuns, segundo a empresa.

Recursos que envolvem taxas de juros acima do limite estabelecido pelo tribunal, dívidas perdoadas por constatação de cobranças dessas taxas e ações de dano moral por inclusão indevida em cadastros de inadimplência ou protesto indevido são frequentes entre as desistências.

“Hoje, a Caixa tem condições melhores de negociação”, afirma Jailton Zanon, diretor jurídico da empresa. “As taxas de juros baixaram, o mercado melhorou, o imóvel se valorizou”, conta. Segundo ele, o mutuário deixa de negociar porque está em litígio e o banco perde oportunidades.

Além de ganhar clientes, o processo de desistência contribui para a empresa economizar com acompanhamento processual e reduz as provisões com gastos em litígios nos balanços contábeis.

Para o advogado Miguel Silva, está mais difícil modificar entendimentos dos tribunais especiais, com o amadurecimento das novas leis feitas na democracia.

**CONTINUA**

# 10 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

### BANCOS DESISTEM DE PROCESSOS NO STJ

Instituições selecionam recursos que têm grandes chances de perder

#### DESISTÊNCIAS

Itaú

**1.500**

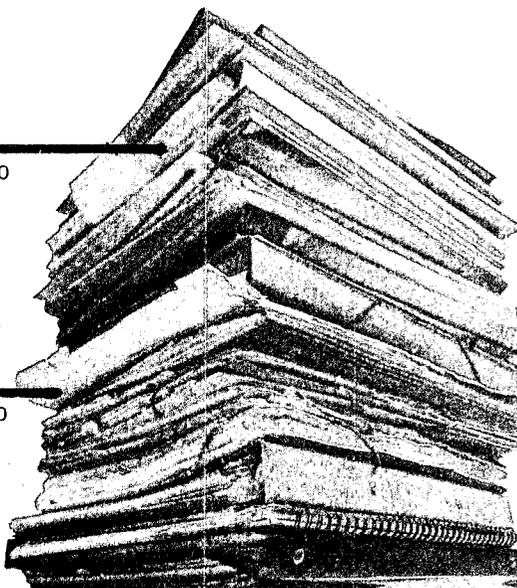
Percentual em relação ao total da época  
50%\*

Caixa Econômica Federal

**3.185**

Percentual em relação ao total da época  
79%\*\*

Banco do Brasil  
Não informado



\*Desde 2009 \*\*Em 2012 Fonte: STJ

#### ENTENDA O CASO

Bancos desistem de recursos com entendimento definido no STJ. Os processos mais comuns:

- 1 Cobrança de dívida quando juros abusivos
- 2 Cobrança abusiva de juros
- 3 Ação de dano moral por protesto indevido ao cliente
- 4 Ação por dano moral por cadastro de inadimplência no SPC e Serasa

#### MAIORES DEMANDANTES DO STJ

	Número de processos
1 INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)	9.714
2 União	9.342
3 Fazenda Nacional	9.342
4 Brasil Telecom	5.311
5 Banco do Brasil	4.823
6 Banco Santander	3.356
7 Banco Bradesco	3.318
8 Ministério Público Federal	2.889
9 Defensoria Pública de Minas Gerais	2.740
10 Caixa Econômica Federal	2.410
17 Banco Itaú	1.398

1 0 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Judiciário força MEC a reconhecer cursos de pós

Entidades não educacionais exigem  
na Justiça a chancela do ministério

**Diante do impasse,  
instituições de pós-  
graduação criam selo  
próprio para atestar a  
qualidade de cursos**

Instituições não educacionais como entidades de classe e sindicatos vêm buscando na Justiça a chancela do Ministério da Educação para seus cursos de pós-graduação lato sensu.

Isso porque o MEC deixou de credenciar suas especializações e MBAs em agosto de 2011. No entanto, ao menos dez decisões judiciais de SP, MG e DF garantiram o mesmo tratamento dado às instituições educacionais, segundo levantamento da Abipg (Associação Brasileira de Instituições de Pós Graduação).

“Para alguns profissionais, o credenciamento do MEC faz diferença porque procuram emprego público. É no edital [de concurso], [só] a especialização credenciada dá ponto”, diz Sílvia Saliba, gerente de ensino do Instituto Sírio Libanês, que obteve decisão judicial favorável.

Procurado pela **Folha**, o MEC alegou que segue parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação), que definiu que apenas instituições educacionais têm a prerrogativa para oferecer cursos lato sensu. Isso isentaria o MEC de atestar a qualidade dos cursos de outras entidades, que deveriam ser considerados cursos livres, e não de pós-graduação.

O MEC reconhece que inúmeras instituições “com inequívoca competência” solicitaram credenciamento da pasta. Mas argumenta que a maioria delas tem uma atuação “limitada à capacitação profissional, sem aparente necessidade dos efeitos acadêmicos”.

Diante do impasse, a Abipg criou um selo de acreditação próprio. “Não desistimos de reverter a decisão do MEC. Mas achamos que podemos também mostrar quem oferece um bom curso”, diz o presidente Marcelo Seraceni.

1 0 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Ex-dono do Banco Cruzeiro do Sul deixa a prisão em SP

Luis Indio da Costa, suspeito de crimes contra o sistema financeiro, consegue habeas corpus

A Justiça Federal concedeu ontem habeas corpus para liberar o banqueiro Luis Octávio Indio da Costa, ex-dono do Banco Cruzeiro do Sul, preso desde 22 de outubro no cadeião de Pinheiros (zona oeste), em São Paulo.

A decisão foi do desembargador José Lunardelli, do TRF (Tribunal Regional Federal) de São Paulo. Ele foi solto na noite de ontem.

O banqueiro é suspeito de crimes contra o sistema financeiro e crimes contra o mercado de capitais, além de lavagem de dinheiro, segundo a Polícia Federal. Por esses crimes, ele pode pegar entre 1 e 12 anos de prisão, caso seja condenado.

A prisão preventiva foi pedida à Justiça pela Polícia Federal, em razão de um inquérito na Delegacia de Repressão aos Crimes Financeiros. O pai do banqueiro, Luis Felipe, está mantido em prisão domiciliar em sua casa no Rio desde o dia 23.

Segundo o advogado Roberto Podval, que defende Indio da Costa, não tinha sentido o banqueiro aguardar preso enquanto espera a conclusão do inquérito administrativo. "Ele nem foi ouvido ainda nesse inquérito."

O inquérito foi instaurado em junho, após o Banco Central constatar fraudes contábeis e indícios de operações de crédito fictícias no Banco Cruzeiro do Sul.

Segundo a PF, ao longo da investigação foram detectadas outras condutas criminosas em fundos de investimento, que deixaram como vítimas dezenas de investidores.

### FESTAS

Antes da crise do Cruzeiro do Sul, o banqueiro ficou conhecido pelas festas dadas a até mil convidados em sua casa, em Cotia. Em 2009, ele patrocinou um show com cantor americano Tony Bennett em comemoração dos 15 anos do banco e um concerto com Elton John na Sala São Paulo. Também namorou a apresentadora Daniela Cicarelli.

Antes de liquidar o Cruzeiro do Sul, o BC nomeou como interventor o FGC (Fundo Garantidor de Créditos), com a missão de encontrar um comprador e de negociar com os credores. O fundo chegou a propor um "perdão" de 49% para os credores, mas a operação não foi adiante pela falta de um comprador.

A venda do banco foi inviabilizada por uma série de questões legais e comerciais. O comprador teria de trazer pelo menos R\$ 700 milhões ao Cruzeiro do Sul. O que mais interessava era um crédito tributário que poderia chegar a R\$ 1 bilhão, mas que foi calculado com base em empréstimos contestados.

# FOLHA DE S. PAULO

## Tema das variações da Justiça

**WALTER CENEVIVA**

**A preocupação com a  
qualidade dos componentes  
do STF é fundamental  
para qualquer brasileiro**

**1 0 NOV 2012**

*HOUVE UM tempo em que a substituição de componentes do STF (Supremo Tribunal Federal) era assunto para ser tratado a longos intervalos. Os nomeados não eram necessariamente idosos e a variação da idade, entre os escolhidos, superava coincidências na chegada aos tempos limites da saída. A substituição por morte dos titulares na corte é rara. Assim, o percurso atual amplia o efeito das alterações a curto prazo: sendo votos individuais, os proferidos em cada julgamento podem mudar o rumo da jurisprudência, assim desestabilizada.*

*O exemplo da substituição de vários ministros em tempo relativamente breve aumenta o cuidado do estudioso do direito em geral e, por óbvios motivos profissionais, dos advogados.*

*O leitor sabe que o STF emite súmulas. A palavra, na linguagem jurídica, corresponde à consolidação de decisões reiteradas ou repetidas da mesma corte de justiça. O conjunto compactado de tais decisões é a súmula. Pode ter caráter geral ou, no caso das súmulas vinculantes, o de definição específica aceita pelos tribunais superiores a respeito do mesmo assunto e impositivos obrigatoriamente a todos os juízes do país. Se o leitor quiser pesquisar a respeito, a regulamentação do art. 103-A da Constituição saiu na Lei 11.417 de 19 de dezembro de 2006.*

*Há outro problema: nosso país, em matéria de legislação federal, tem passado por alterações nem sempre conexas, ao dar tratamento confuso a assuntos de interesse*

*geral. Nesse campo, também cabe a crítica ao Congresso Nacional, quando quer dar solução rápida a certos dispositivos e mistura muitos assuntos na mesma lei. Ou quando, por haver interesses políticos em contrário, retarda a modificação legislativa. O fenômeno, diga-se, não deve causar surpresa. Por ser humano, é generalizado nos legislativos do mundo.*

*Bom exemplo vem dos Estados Unidos. Estamos vivendo a semana da reeleição do presidente Barack Obama, e ele já se pronunciou buscando amenizar a distância entre os parlamentares de seu Partido Democrata e os do Partido Republicano, que apoiaram o candidato derrotado à presidência do país. A vitória por placar muito restrito não sugere grandes arroubos a Obama, se quiser ver seus programas levados à frente na próxima legislatura.*

*Voltando ao nosso território, uma preocupação continua a sondar a Justiça, com a possibilidade de o ministro Celso de Mello solicitar sua aposentadoria por antecipação. Mesmo sendo o decano do STF, ainda está relativamente distante da aposentadoria compulsória. Quem acompanha de perto os pronunciamentos de Celso de Mello sabe de seu valor e de sua importância em cada julgamento.*

*A preocupação com a qualidade dos componentes do STF, na democracia, é fundamental para qualquer brasileiro, pois uma parte substancial dos direitos da cidadania*

*nação nacional decorre da interpretação que o tribunal dá aos textos legais. A ressalva dos períodos democráticos tem fundamento: sob a ditadura, os ministros que não se ajustaram à linha do Executivo foram cassados ou viram suas decisões anuladas por lei posterior. Por isso, o cuidado do Senado no cumprimento do parágrafo único do art. 101 da Carta Magna, quando lhe toque aprovar a escolha do presidente da República, também preserva o direito.*

1 0 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Dirceu e mais 4 entregam passaportes ao Supremo

Os outros 20 réus terão até terça para  
cumprir a medida determinada por Barbosa

**Gilmar Mendes saiu em defesa de colega e lembrou caso de Abdelmassih, que fugiu após obter habeas corpus**

Cinco condenados no julgamento do mensalão, entre eles o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), se anteciparam à Justiça e já entregaram seus passaportes ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Os documentos foram apresentados depois que o relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, atendeu pedido do Ministério Público Federal e determinou a entrega para evitar fugas dos réus que foram condenados.

A decisão de Barbosa foi publicada ontem no "Diário da Justiça" e passa a valer na segunda-feira. Com isso, os outros 20 condenados terão até terça-feira para deixar os passaportes com o Supremo.

Eles também foram incluídos, a pedido de Barbosa, na lista de "procurados e impedidos" da Polícia Federal nos postos de fronteira, já que só podem sair do país com autorização do Supremo.

Além de Dirceu, também deixaram por meio de advogados os passaportes o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE); o advogado Rogério Tolenti-

no, ligado ao empresário Marcos Valério; e João Claudio Genu, ex-assessor do PP. Marcos Valério, operador do mensalão, já não está com seu documento desde 2005, quando o enviou ao Supremo.

## MEMÓRIA

Em evento em São Paulo, o ministro Gilmar Mendes defendeu a decisão de Barbosa e lembrou um caso de fuga ocorrido após um habeas corpus que ele próprio havia concedido.

O ex-médico Roger Abdelmassih, condenado pelo estupro de 39 pacientes, fugiu em 2009. "São advertências que os fatos nos fazem", disse ao defender a medida adotada agora pelo colega.

"São cautelas que devem ser tomadas, até porque o juiz que conduz que o processo depois fica com a responsabilidade [de eventual fuga]."

Também presente no evento, realizado para advogados da União, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello não quiseram comentar a medida de Barbosa, já que ela pode ser alvo de recurso da defesa.

Ao longo dos últimos três meses, os 25 dos 37 réus do mensalão foram condenados pelo Supremo por participação no mensalão.

Em sua determinação para o recolhimento dos passaportes — classificada por Dirceu de "populismo jurídico" —, Barbosa disse que o STF foi afrontado por acusações de réus de que houve julgamento político.

"Esse julgamento tem sido extremamente cuidadoso, raramente se vai ter um caso analisado com tanta meticulosidade e tanto apuro", disse ontem Gilma Mendes.

Luiz Fux também rebateu as acusações de influência jurídica. Ele disse que o Supremo tem atuado de forma técnica. "Não há enfoque político no julgamento."

**CONTINUA**

1 0 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**“Gostaria de me abster dessa opinião porque certamente vai haver recorribilidade. A única coisa que eu diria é que o julgamento do Supremo tem sido um julgamento técnico. Não há nenhum enfoque político. São analisados fatos penais previstos no Código Penal**

**LUÍZ FUX**  
ministro do STF, ao ser perguntado sobre a decisão do relator do mensalão, Joaquim Barbosa, de apreender os passaportes dos réus condenados

**“São cautelas que devem ser tomadas, até porque o juiz que conduz que o processo depois fica com a responsabilidade [de uma eventual fuga]**

**GILMAR MENDES**  
ministro do STF, ao defender a decisão do relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, de recolher os passaportes dos réus condenados

**São advertências que os fatos nos fazem**

**GILMAR MENDES**  
ao citar viagem do ex-deputado Romeu Queiroz após ser condenado

1 0 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Ministros veem demora para concluir caso

Integrantes do STF dizem que julgamento não terminará na gestão Ayres Britto, que se aposenta na semana que vem

## Após a condenação de 25 réus, o Supremo calculou somente a pena de três envolvidos no núcleo publicitário

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) demonstraram ontem pouco otimismo para o rápido término do julgamento do mensalão.

Eles afirmaram ainda que é certo que o caso não acabará de ser analisado na gestão do presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, que se aposenta compulsoriamente na próxima semana.

Após a condenação de 25 réus, o Supremo só terminou de calcular até o momento a pena de três envolvidos do chamado núcleo publicitário.

“Sou um homem otimista por educação e por atividade. Mas creio que o veredicto final só virá em 2013”, disse o ministro Marco Aurélio Mello.

Ele voltou a criticar o tempo levado para julgar o caso dizendo que o STF virou um “tribunal de processo único”.

Para o ministro, a ação teria acabado se houvesse desmembramento, com o julgamento somente dos três réus com foro privilegiado.

Marco Aurélio disse que o relator do mensalão e futuro presidente da corte, Joaquim Barbosa, terá de coordenar o ritmo da ação sem jogar suas decisões “goela abaixo” dos colegas de plenário.

“Não estamos ali para o relator colocar a matéria e sermos vaquinhas de presépio para dizer amém”, afirmou Marco Aurélio.

O ministro Gilmar Mendes disse que só por um “milagre” o caso será concluído na gestão Britto.

Ele ainda destacou o cuidado com que a ação está sendo julgada. “Tanto é que muitos já estão cansados, inclusive os telespectadores, de ouvir tanta repetição.”

Para o ministro, o julgamento demonstra a necessidade de os juízes se reinventarem e usarem discursos menos longos. “Temos de mudar a forma de julgar e encontrar meios mais céleres de julgamento”, afirmou.

O ministro Luiz Fux disse que já foi mais otimista para o fim rápido do caso. Segundo ele, haverá uma revisão das penas ao fim da dosimetria, o que pode significar mudança em punições estabelecidas. “Queremos fazer um pente-fino na decisão para não deixar que escape irregularidades.”

11 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA CLAU ROXIN

# Participação no comando de esquema tem de ser provada

UM DOS RESPONSÁVEIS POR TEORIA  
CITADA NO JULGAMENTO DO STF,  
JURISTA ALEMÃO DIZ QUE JUIZ

NÃO DEVE CEDER A CLAMOR POPULAR

Insatisfeito com a jurisprudência alemã — que até meados dos anos 1960 via como participante, e não como autor de um crime, aquele que ocupando posição de comando dava a ordem para a execução de um delito —, o jurista alemão Claus Roxin, 81, decidiu estudar o tema.

Aprimorou a teoria do domínio do fato, segundo a qual autor não é só quem executa o crime, mas quem tem o poder de decidir sua realização e faz o planejamento estratégico para que ele aconteça.

Roxin diz que essa decisão precisa ser provada, não basta que haja indícios de que ela possa ter ocorrido.

Nas últimas semanas, sua teoria foi citada por ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento do mensalão. Foi um dos fundamentos usados por Joaquim Barbosa na condenação do ex-ministro José Dirceu.

“Quem ocupa posição de comando tem que ter, de fato, emitido a ordem. E isso deve ser provado”, diz Roxin. Ele esteve no Rio há duas semanas participando de seminário sobre direito penal.

Folha - O que o levou ao estudo da teoria do domínio do fato?

Claus Roxin - O que me perturbava eram os crimes do nacional socialismo. Achava que quem ocupa posição dentro de um chamado aparato organizado de poder e dá o comando para que se execute um delito, tem de responder como autor e não só como participe, como queria a doutrina da época.

Na época, a jurisprudência alemã ignorou minha teoria. Mas conseguimos alguns êxitos. Na Argentina, o processo contra a junta militar de Videla [Jorge Rafael Videla, presidente da Junta Militar que governou o país de 1976 a 1981] aplicou a teoria, considerando culpados os comandantes da junta pelo desaparecimento de pessoas. Está no estatuto do Tribunal Penal Internacional e no equivalente ao STJ alemão, que a adotou para julgar crimes na Alemanha Oriental. A Corte Suprema do Peru também usou a teoria para julgar Fujimori [presidente entre 1990 e 2000].

“ A posição hierárquica não fundamenta, sob nenhuma circunstância, o domínio do fato. O mero ter que saber não basta. Essa construção é do direito anglo-saxão e não a considero correta. É interessante saber que aqui também há o clamor por condenações severas, mesmo sem provas suficientes. O problema é que isso não corresponde ao direito. O juiz não tem que ficar ao lado da opinião pública

É possível usar a teoria para fundamentar a condenação de um acusado supondo sua participação apenas pelo fato de sua posição hierárquica?

Não, em absoluto. A pessoa que ocupa a posição no topo de uma organização tem também que ter comandado esse fato, emitido uma ordem. Isso seria um mau uso. O dever de conhecer os atos de um subordinado não implica em co-responsabilidade?

A posição hierárquica não fundamenta, sob nenhuma circunstância, o domínio do fato. O mero ter que saber não basta. Essa construção [“dever de saber”] é do direito anglo-saxão e não a considero correta. No caso do Fujimori, por exemplo, foi importante ter provas de que ele controlou os sequestros e homicídios realizados. A opinião pública pede punições severas no mensalão. A pressão da opinião pública pode influenciar o juiz?

Na Alemanha temos o mesmo problema. É interessante saber que aqui também há o clamor por condenações severas, mesmo sem provas suficientes. O problema é que isso não corresponde ao direito. O juiz não tem que ficar ao lado da opinião pública.

1 1 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

# Direito da USP vai investigar seus elos com regime militar

Comissão quer identificar colaboradores da ditadura e também quem foi preso, torturado ou morto pela repressão

**Ministro da Justiça de Médici foi diretor da faculdade; ao menos quatro alunos foram assassinados na época**

**PATRÍCIA BRITTO**  
DE SÃO PAULO

A contribuição da Faculdade de Direito da USP para a ditadura militar será alvo de pesquisas da Comissão da Verdade da Faculdade São Francisco. Programada para ser oficialmente criada no dia 19, essa será a primeira comissão do tipo em uma faculdade no país.

A proposta é investigar casos de perseguição, demissões, aposentadorias compulsórias, delações e outras formas de colaboração com o regime que envolvam pessoas vinculadas à faculdade.

Aprovada por unanimidade pela congregação da faculdade em 27 de setembro, a comissão será formada por um colegiado de nove membros, com representantes de professores, alunos e funcionários.

Os integrantes terão duas frentes principais de trabalho, segundo relata Lucas Bulgarelli, 22, aluno do terceiro ano e eleito para a comissão. Referência na formação de intelectuais e políticos brasileiros, a USP viu conviverem em seus pátios militantes de grupos da esquerda e apoiadores do regime militar.

A primeira frente de trabalho será mapear casos de nomes ligados à faculdade que foram perseguidos pela ditadura, presos, torturados, mortos ou desaparecidos.

Da lista de 47 mortos ou desaparecidos no período que tinham algum vínculo com a USP, levantada por pesquisadores da universidade, 4 foram alunos da Faculdade de Direito —atuavam no Movimento de Libertação Popular e na Vanguarda Popular Revolucionária.

Outra linha de atuação vai examinar a contribuição que a faculdade deu ao regime como instituição jurídica, com a formação de juristas que participaram da elaboração dos atos institucionais, ou na colaboração com a repressão.

Saíram dali nomes que participaram do governo militar, como Alfredo Buzaid. Ex-aluno e diretor da Faculdade de Direito de 1967 a 1969, Buzaid foi ministro da Justiça do governo Médici, de 1969 a 1974.

Segundo Bulgarelli, há relatos de que, quando dirigia o curso de direito, Buzaid passava fichas de alunos que atuavam na resistência ao delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do extinto Dops (Departamento de Ordem Política e Social).

Servirão de fonte para as investigações documentos oficiais como atas das reuniões da congregação da faculdade no período. Para abrir os arquivos da atuação da Faculdade de Direito durante a

ditadura, integrantes da comissão afirmam ter recebido apoio do diretor, Antônio Magalhães Gomes Filho.

Os integrantes da comissão também pretendem trabalhar em colaboração com as comissões da verdade nacional, estadual e municipal e, ao fim de um ano, publicar um relatório com os resultados das pesquisas.

# União pode tentar reaver recursos, diz ministro

Para Justiça, é preciso esperar que a decisão do Supremo seja publicada

**STF já concluiu que dinheiro público foi desviado para esquema, mas ainda definiu se vai propor indenização.**

DE BRASÍLIA

Mesmo com setores do PT defendendo uma reação ao julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), ministros do governo Dilma sustentam que as decisões da corte devem ser respeitadas e, se preciso, cumpridas pelo Executivo.

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) disse que o governo não vai deixar de buscar os recursos desviados, embora afirme que ainda não é claro “o que é dinheiro público” no esquema.

Em evento anteontem, ele também afirmou que é preciso esperar o fim do julgamento e a publicação do resultado (acórdão) para avaliar quais medidas serão adotadas. Para o ministro, ainda não ficou claro o tamanho do desfalque provocado pelo esquema.

“Quando a decisão do Supremo estiver estampada num acórdão, vamos ter um divisor de águas sobre o que foi dinheiro público e o que foi dinheiro privado”, disse.

“O acórdão vai balizar as ações que virão a posteriori e é importante colocar o preto no branco”, completou.

Ao longo de três meses de julgamento, o Supremo concluiu que o esquema do mensalão desviou recursos da Câmara e do Banco do Brasil, que, misturados a empréstimos fraudulentos, foram utilizados para a compra de parlamentares no início do go-

verno Lula (2003-2010).

Na análise do caso, o presidente do STF, Carlos Ayres Britto, estimou um desvio de R\$ 153 milhões. Os ministros do Supremo devem decidir até o final do processo se vão fixar uma indenização mínima para que os 25 condenados promovam ressarcimento aos cofres públicos.

Essa tese vem ganhando força entre os integrantes do Supremo, mas ainda não há consenso. Segundo o ministro Celso de Mello, uma legislação de 2008 permite que o STF, ao analisar uma ação criminal, indique um valor mínimo para indenizações cíveis, o que possibilitaria ao Ministério Público ou à própria AGU (Advocacia-Geral da União) entrar com um pedido direto de execução de dívida, sem a necessidade de apresentar novas provas.

A fala de Cardozo segue a linha adotada por outros ministros. Gleisi Hoffmann (Casa Civil), em entrevista à **Folha**, disse que é preciso “respeitar instituições”. Para o ministro Jorge Hage (Controladoria-Geral da União), o Supremo “inovou” em critérios para condenar acusados de corrupção e isso pode ser de “enorme ajuda” no combate ao crime.

**“ Quando a decisão do Supremo estiver estampada num acórdão, vamos ter um divisor de águas sobre o que foi dinheiro público e o que foi privado**

JOSÉ EDUARDO CARDOZO  
ministro da Justiça

FOLHA DE S. PAULO 1 1 NOV 2012

1 1 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELE DISSE

**JOSÉ DIRCEU**

*A decisão do relator  
Joaquim Barbosa é puro  
populismo jurídico*

*ex-ministro, criticando medida do  
STF de confiscar os passaportes dos  
condenados, como ele*

**PAINEL DO LEITOR**

**Mensalão**

Lamentável a atuação do ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal, por suas manifestações iradas contra os que ousam votar diferentemente do relator do mensalão. Preocupante o fato de que ele assumirá a presidência da suprema corte. Será a ditadura do Barbosa.

MÁRCIO MÉDICE DE CAMARGO (Itu, SP)



Dosimetria é o termo da moda. Deveria ser usado também para o cálculo da fala do ministro Joaquim Barbosa. Parece-me que o pedestal subiu-lhe às canelas.

ARLINDO CARNEIRO NETO (São Paulo, SP)

1 2 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

# STF começa a definir penas de banqueiros

Dona do Banco Rural e dois executivos foram condenados por ajudar a financiar o esquema organizado pelo PT

**Prestes a fazer 70 anos de idade, Ayres Britto deve se aposentar antes da conclusão da fase final do julgamento**

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve começar a definir nesta semana as penas que a banqueira Kátia Rabello e outros dois executivos do Banco Rural terão que cumprir por seu envolvimento com o mensalão.

O Banco Rural emprestou R\$ 32 milhões para o PT e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, e ajudou-os a distribuir o dinheiro do esquema a partidos políticos sem chamar a atenção das autoridades.

A expectativa é que o relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, defenda penas rigorosas para eles.

Em setembro, um descuido da sua assessoria permitiu que algumas das penas que ele irá propor fossem divulgadas antes da hora, junto com a publicação de um dos seus votos, como mostrou a coluna "Painel", da **Folha**.

Se não tiver mudado de ideia, Barbosa deverá propor nesta semana que Kátia Rabello e o ex-vice-presidente do Banco Rural José Roberto Salgado cumpram dez anos de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro.

Marcos Valério e seus ex-sócios receberam entre 5 e 6 anos de prisão como pena pelo mesmo crime. Kátia e Salgado também foram condenados por gestão fraudulenta, evasão de divisas e formação de quadrilha.

Outro integrante do grupo, Vinicius Samarane, que ainda é vice-presidente do Banco Rural, foi condenado por gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro, mas foi absolvido dos outros dois crimes.

O STF realizará somente duas sessões nesta semana, a última em que o tribunal será presidido pelo ministro Carlos Ayres Britto, que completa 70 anos de idade no dia 18 e terá que se aposentar.

No próximo dia 22, o ministro Joaquim Barbosa assumirá a presidência do tribunal e passará a acumular suas funções com a de relator do processo do mensalão.

Nos últimos dias, Ayres Britto sugeriu que achava possível concluir o julgamento antes de sua aposentadoria, mas isso se tornou improvável por causa da lentidão no cálculo das penas.

Até agora, os ministros do STF só fixaram penas para Marcos Valério e dois de seus ex-sócios, Ramon Hollerbach e Cristiano Paz. Hoje, eles devem terminar de calcular as penas do advogado Rogério Tolentino e de uma ex-funcionária das empresas de Valério, Simone Vasconcelos.

O Supremo condenou 25 pessoas por seu envolvimento com o esquema do mensalão, incluindo políticos, assessores e empresários.

As penas fixadas para o grupo de Marcos Valério, que foi o principal operador do esquema organizado pelo PT, já somam 105 anos de prisão e R\$ 8,4 milhões em multas.

1 2 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE **DIEGO WERNECK ARGUELHES**

## Presidência exige compromisso com a instituição, e não só com convicções

Na próxima semana, Joaquim Barbosa acumulará as funções de presidente do STF e relator do mensalão. Não há nada de excepcional. A lei permite e já houve outros presidentes-relatores. Mas o que isso significa para o tribunal?

Barbosa terá mais poder. Embora as principais decisões já tenham sido tomadas, e até aqui o empate tenha favorecido os réus, se houver empates na dosimetria é possível que Barbosa vote duas vezes. É o que determina o regimento. Terá mais poder também porque decidirá em primeiro lugar as questões de ordem, que podem retardar ou apressar o processo.

Há riscos, porém, nessa dupla responsabilidade. Na sessão, o relator defende uma posição. Pode fazê-lo solitariamente, sem concessões, comprometido só com a sinceridade de sua convicção.

Ao presidente cabe "dirigir" os trabalhos do STF e "presidir-lhe as sessões plenárias, cumprindo e fazendo cumprir" o regimento. O compromisso não é com a convicção, mas com a instituição.

Muitos acreditam que Barbosa tem revelado disposição para o combate. Sua personalidade o teria levado além do respeito mútuo.

O regimento confia à prudência do presidente a compatibilização de convicção pessoal e poder institucional.

O sucesso nessa tarefa, porém, não depende apenas do presidente. No STF, respeito ao outro e abertura à negociação são vias de mão dupla.

Exceto nos casos de empate, a posição do presidente vale tanto quanto a dos outros. Mas seus colegas também precisam separar suas convicções pessoais, que valem tanto quanto as do presidente, de suas opiniões sobre o andamento das sessões.

Quando os ministros respeitam a autoridade regimental do presidente, sobra pouco espaço para que temperamentos criem problemas.

**DIEGO WERNECK ARGUELHES** é professor da FGV Direito Rio

12 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Corrupção deve ser crime internacional, afirma juiz

Para o espanhol Baltasar Garzón, caso do mensalão no STF é passo importante

O juiz espanhol Baltasar Garzón passou dois dias no Brasil. Em um deles, visitou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Paulo. No outro, participou da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, em Brasília, na qual reivindicou que a corrupção seja catalogada como crime na jurisdição internacional.

Garzón, reconhecido pelo processo contra o ditador Pinochet e pela defesa dos direitos humanos e a luta contra a corrupção, acredita que o processo do mensalão é um passo importante no Brasil.

“Todo comportamento corrupto deve ser vetado com contundência. Não sou dos que falam que certas doses de corrupção são necessárias para o funcionamento da democracia”, explicou o juiz.

“Há mecanismos de transparência, limpeza e ética na gestão pública que nunca podem ser quebrados. A questão é estabelecer quais serão esses parâmetros e como desenvolvê-los,” diz.

O magistrado, no entanto, defendeu o direito de cada condenado de recorrer à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, da OEA (Organização dos Estados Americanos), para tentar revogar sua sentença.

“Eu tenho sofrido a ausência de uma segunda instância. É um direito de todo cidadão que outro tribunal valore os fatos”, diz o juiz.

“Sempre pode haver um erro na apreciação dos fatos, uma configuração de má-fé, ou ter se cometido qualquer irregularidade. Os membros da corte são pessoas e não estão isentas dos crimes que são imputados aos demais.”

Garzón foi condenado por ordenar escutas telefônicas na Espanha numa investigação sobre corrupção no Partido Popular, agora no poder. O tribunal as considerou ilegais e suspendeu o juiz. O caso chegará ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

12 NOV 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## OAB-SP é acusada de ter cometido crime ambiental

Segundo Ministério Público Federal, colônia de férias da entidade foi construída em área de preservação

**De acordo com a instituição, construção é regular, porque, na época em que foi feita, não havia impedimento legal**

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

A seção paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e seu ex-presidente Luiz Flávio Borges D'Urso são acusados pelo Ministério Público Federal de terem cometido crime ambiental na colônia de férias da entidade, no município de Três Fronteiras, a 622 km a noroeste de São Paulo.

A colônia foi feita numa área de preservação permanente nas margens do rio Paraná, de acordo com a acusação. As construções impedem "a regeneração da vegetação natural", como afirma um relatório do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) usado na ação judicial.

O Ministério Público Federal quer que uma área construída de 1.800 metros quadrados às margens do rio seja demolida. A área foi definida por um levantamento da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), responsável pelo gerenciamento do re-

servatório de Ilha Solteira.

Essa área construída violaria o artigo 48 da Lei de Crimes Ambientais, de 1998, segundo o Ministério Público Federal.

O artigo define como crime "impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação". A pena prevista é de seis meses a um ano de prisão.

A OAB diz que na época que os 15 chalés foram construídos, entre 1995 e 1997, não havia lei que impedisse edificações nas margens do reservatório. A colônia ocupa uma área de cerca de 2,5 alqueires (o equivalente a 60,5 mil metros quadrados), nas margens do reservatório de Ilha Solteira. Quando a obra foi feita, o presidente da OAB em São Paulo era Guido Andrade (1940-2002).

O procurador Thiago Lacerda Nobre incluiu D'Urso na ação por considerar que crime ambiental constitui um "delito permanente". Segundo ele, "a edificação que deu origem ao dano ambiental (...) perdura até os dias atuais, garantindo que a regeneração natural do meio ambiente seja impedida".

A OAB não é a única entidade a ocupar irregularmente a área, segundo o Ibama. Há 896 ranchos na mesma si-

tuação, de acordo com a própria OAB.

D'Urso presidiu a OAB nos últimos nove anos. Depois de filiar-se ao PTB, foi candidato a vice-prefeito na chapa de Celso Russomanno (PRB).

Como foi derrotado, o PTB negocia com o governador Geraldo Alckmin (PSDB) sua nomeação para Secretário de Justiça ou secretário-adjunto da mesma pasta.

Ele também é candidato a conselheiro federal da OAB na chapa de Marcos da Costa, que o sucedeu na presidência da entidade e é candidato à reeleição.

### NEGOCIAÇÃO

O procurador propôs em junho uma transação penal com os acusados. Esse tipo de negociação é prevista quando há, em tese, um crime de menor gravidade ofensiva.

Ele queria que a OAB pagasse uma indenização de R\$ 1 milhão e demolisse as construções que estão na margem do Rio. D'Urso teria de pagar R\$ 20 mil e prestar serviços comunitários por seis meses.

A OAB recusou a proposta de transação penal. Procurado pela **Folha** nos últimos três dias, D'Urso não foi encontrado para comentar as acusações e a oferta.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

>CONTROLADO<

### **Construção é regular, segundo entidade**

12 NOV 2012

O conselheiro da OAB Carlos Britto Neto diz que a entidade não aceitou a proposta de transação penal feita pelo Ministério Público Federal porque não há irregularidades na colônia de férias da entidade. “Na época em que a colônia foi feita [1995-1997], não havia lei que punisse esse tipo de ocupação”, afirma.

Ele diz que a entidade regularizou eventuais problemas com um Termo de Ajuste de Conduta em 1998, pelo qual a OAB se comprometeu a plantar 256 árvores.

Britto diz que não havia lei sobre ocupação das margens dos rios quando a obra foi feita. O que existia, segundo ele, era uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução, de acordo com ele, serve para normatizar, mas não para caracterizar crime. “É preciso existir uma lei para caracterizar crime, e isso não existia. Resolução não pode ser usada para condenar alguém”, afirma.

Para a entidade, não existe lei que caracterize a beira da represa como uma área de preservação permanente. “Temos que esperar a aprovação do Código Florestal para ter uma definição de área de preservação permanente”.

Segundo ele, se prevalecer o entendimento de que não se pode construir até 100 metros das margens dos rios, os 896 ranchos que são vizinhos da colônia de férias da OAB terão de ser demolidos.

O ex-presidente da OAB Luiz Flávio Borges D’Urso não foi encontrado para comentar as acusações.

1 2 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA ELEGE HOJE NOVA CÚPULA.

### JUSTIÇA

### TJPR elege hoje nova cúpula

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná escolhe hoje durante sessão ordinária administrativa, a nova cúpula diretiva, formada pelos cargos de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral e corregedor da Justiça, para o biênio 2013/2014.

Ao todo, 120 desembargadores votam no pleito. Os novos integrantes irão conduzir o Judiciário estadual a partir do dia 1º de fevereiro de 2013. A sessão terá início às 13h30, na Sala do Pleno. Para a presidência do TJ, concorrem: a desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, Clayton Coutinho de Camargo, Guilherme Luiz Gomes e Sérgio Arenhart. Concorrem à 1ª vice-presidência os desembargadores

Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar e Paulo Roberto Vasconcelos. Já para a 2ª vice-presidência dois nomes disputam o cargo: desembargadora Dulce Maria Sant'Eufemia Cecconi e desembargador Jorge de Oliveira Vargas. Os desembargadores Lauro Augusto Fabrício de Melo e José Augusto Gomes Aniceto concorrem à vaga de corregedor-geral; e Robson Marques Cury e Eugênio Achille Grandinetti disputam o cargo de corregedor. Na mesma ocasião, haverá também eleição dos novos integrantes do Conselho da Magistratura. Concorrem os desembargadores: Abraham Lincoln Merheb Calixto, Lélia Samardã Monteiro Negrão Giacomet, Mário Helton Jorge e D'Artagnan Serpa Sá.

1 2 NOV 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Assejepar encomenda estudo para verificar segurança do Fórum Cível de Curitiba

A Associação dos Serventuários de Justiça do Paraná (Assejepar), entidade que representa os Serventuários do Foro Judicial deste Estado, encomendou uma vistoria técnica detalhada do edifício do Fórum Cível de Curitiba, devido à divulgação de tremores e à recente evacuação do prédio no final de outubro (26/10). “Não há indicativo de acidente imediato no prédio, portanto encomendamos o estudo para colaborar com os órgãos envolvidos e minimizar a insegurança dos servidores e da comunidade que frequenta o local”, explica Rodrigo Wagner de Souza, presidente da Assejepar.

O estudo emergencial está sob a responsabilidade técnica do engenheiro Rui Medeiros, especialista na área de estruturas e professor do Departamento de Construção Civil da UFPR, na cadeira de estruturas de edifícios. Esta vistoria é independente da investigação do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que informou que também está verificando a segurança do prédio.

# JORNAL DO ESTADO

Conbradec

O Programa de Mestrado do UNICURITIBA realizará entre os dias 12 e 14 de novembro o II Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania (Conbradec) e o IV Publica Direito, com a participação de nomes importantes do Direito brasileiro. As inscrições podem ser feitas pessoalmente no UNICURITIBA ou pelo site [www.unicuritiba.edu.br](http://www.unicuritiba.edu.br)

12 NOV 2012

## PAINEL JURÍDICO

### Justa causa

O uso de atestado médico falso constitui falta grave passível de demissão por justa causa. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

### Protesto

O protesto extrajudicial de duplicatas pode ser feito no local de domicílio do devedor ou onde ocorreram as operações mercantis. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

### Pizza legal

O Avenida Paulista Pasta Pizza i Vino firmou parceria com a OAB-PR. A partir de agora, com a apresentação da carteira da OAB, os advogados terão um desconto de 50% no almoço e nas pizzas individuais da casa.

### Concurso

Estão abertas até o dia 23 de novembro as inscrições para provimento de 330 vagas em cartórios de notas e de registro do Paraná. Para participar, o candidato precisa ser Bacharel em Direito ou ter experiência de pelo menos 10 anos em cartórios de notas ou registro. A Anoreg-PR posiciona-se totalmente a favor da abertura do concurso público de provas e títulos. Inscrições e informações nos sites <http://www.tjpr.jus.br/concursos> e <http://www.ibfc.org.br>.

### Notarial

Juristas de renome nacional e internacional se reúnem entre os dias 18 e 21 de novembro em Salvador (BA) no XIV Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro. A abertura será feita pela ministra Eliana Calmon, do STJ, e terá como tema principal "Os códigos e seus impactos sobre os serviços notariais e de registro". O evento é promovido pela Anoreg-BR. As inscrições estão abertas e podem ser feitas pelo site <http://www.anoreg.org.br/congresso/>.

### OAB PR

No dia 19 de novembro, das 9h às 17h, os advogados do Paraná deverão comparecer às urnas para eleger os novos diretores e conselheiros da Seccional e das subseções para o mandato de três anos (2013-2015). O voto é obrigatório para todos os advogados inscritos na OAB, sob pena de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade, salvo ausência justificada por escrito, a ser apreciada pela Diretoria do Conselho Seccional

### DIREITO SUMULAR

#### Súmula n. 460 do STJ –

É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

12 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Governo x TC (I)

O governador do Estado do Paraná, Beto Richa (PSDB), ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4872) contra normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativas ao Sistema Integrado de Transferências (SIT). De acordo com o governador, vários dispositivos da Resolução 28/2011 e da Instrução Normativa 61/2011 afrontam a Constituição Federal porque “usurpam competência assegurada ao Legislativo, a quem cabe dispor sobre diversas das matérias previstas nesses atos, com a iniciativa legiferante do chefe do Poder Executivo”. Tanto a resolução quanto a instrução regulamentam os requisitos para a formalização, a execução, a fiscalização, a prestação de contas e respectivo encaminhamento ao Tribunal de Contas das transferências de recursos estadual e municipal da Administração Pública direta e indireta por meio do SIT.

## Governo x TC (II)

Na Adin, o governador argumenta que as normas possuem “evidente caráter normativo, com conteúdo de lei ordinária”, uma vez que estabelecem procedimentos relativos à prestação de contas das transferências de recursos no âmbito estadual e municipal, o que somente poderia ser feito por uma lei em sentido estrito. As normas editadas pela Corte de Contas, de acordo com a Adin, “apresentam verdadeiras regras de direito para o Executivo estadual e para o conveniado, usurpando a competência assegurada constitucionalmente ao Legislativo, a quem cabe dispor sobre diversas das matérias previstas nesses atos”. “Resta cristalino que a Resolução do Tribunal de Contas não é o meio legislativo adequado para regular a matéria com o alcance que fez”, afirma o governador na ação.

## O Pacto de São José da Costa Rica e a Ação Penal 470

**\*Jônatas Pirkiel**

Apesar das condenações e das penas que estão sendo decididas pelo Supremo Tribunal Federal, o caso ainda está longe de sua conclusão. Isto porque a Ação Penal está sendo decidida em única e última instância, diante das prerrogativas de alguns dos acusados que atraiu para a Corte Suprema a apreciação do caso. Até aí, tudo parece simples, mas não é, pois o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969 e incluída no conjunto de nossa legislação pelo Decreto 678, de 6 de novembro de 1992, pelo então Presidente Itamar Franco. É a conhecida Convenção Americana sobre Direitos Humanos que, pelo seu conteúdo e preciosa redação, se

equipara à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O artigo primeiro do Decreto 678/92 diz; “...A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém...”. Já, o artigo 8, item I, letra “e”, do Pacto de São José, ao tratar das Garantias Judiciais, diz: “...Direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior...”. Neste ponto, reside toda a questão que pode ou deverá ser levantada pelos defensores dos condenados do mensalão, independentemente da vontade do destemido Ministro Joaquim Barbosa, em contra-ponto ao “doce” ministro Levandowski.

Se a norma incorporada ao nosso direito prevê como garantia judicial que todos têm o direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, e a nossa Constituição, de forma tácita, estabelece o duplo grau de jurisdição, como ficarão os condenados em jurisdição única e final. Se a ação Penal 470 tivesse sido apreciada por uma das turmas do Supremo e depois o recurso submetido ao pleno da Corte, o duplo grau de jurisdição teria sido garantido?

E se os condenados invocarem agora o direito de poder recorrer da decisão para tribunal superior? Qual seria este tribunal?

Jônatas Pirkiel é advogado  
criminalista  
(jonataspirkiel@terra.com.br)

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ex-controlador do Cruzeiro do Sul consegue habeas corpus e deixa prisão

Luís Octávio Índio da Costa foi preso pela Polícia Federal em 24 de outubro, sob acusação de gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro

O desembargador José Lunardelli, do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região (TRF3) em São Paulo, mandou ontem soltar o banqueiro Luís Octávio Índio da Costa, ex-controlador do Banco Cruzeiro do Sul, preso pela Polícia Federal em 24 de outubro sob acusação de gestão fraudulenta de instituição financeira, crime contra o mercado de capitais e lavagem de dinheiro. Lunardelli concedeu liminar em habeas corpus a favor do investigado.

Lunardelli entende que, para manter alguém em cárcere cautelarmente, faz-se necessária a demonstração de fatores indicativos de ofensa aos bens tutelados, pelo artigo 312 do Código de Processo Penal – ordem pública, ordem econômica, instrução criminal e aplicação da lei penal –, sendo necessária a existência de elementos concretos que indiquem essa violação. “A prisão se revela legalmente autorizada se baseada em dados concretos coletados, não podendo se fundar em meras ilações amparadas na gravidade do ocorrido.”

A ordem de prisão contra o banqueiro foi expedida em 21 de outubro pelo juiz Márcio Ferro Catapani, da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal Federal. Índio da Costa passou 17 dias no Cadeião de Pinheiros. A defesa, a cargo do criminalista Roberto Podval, asseverou que o

### ● Liminar

#### **JOSÉ LUNARDELLI** **DESEMBARGADOR**

“A magnitude da lesão financeira deve ser ponderada no momento da fixação de eventual punição ao cabo da ação penal, e não no limiar do inquérito para fins da prisão cautelar.”

“(Índio da Costa) não mais está à frente do Cruzeiro do Sul, não pode interferir na prática bancária. Suposições e afirmações genéricas não são suficientes para justificar a prisão cautelar que não pode ser utilizada como antecipação de futura pena.”

banqueiro “é primário, tem bons antecedentes e plenamente imbuído da intenção de colaborar com a Justiça”. Podval destaca o fato de que o acusado, espontaneamente, apresentou-se e entregou à PF seu passaporte.

O advogado sustentou no habeas corpus que a prisão violou o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição, “de forma a ensejar constrangimento ilegal, já que não traz qualquer elemento fático apto a caracterizar situação de prisão cautelar”.

Para o desembargador, “não se vislumbra qualquer afronta à ordem econômica que possa ser evitada com a manutenção da prisão cautelar (do acusado)”.

Lunardelli argumenta: “A magnitude da lesão financeira causada deve ser ponderada no momento da fixação de eventual punição ao cabo da ação penal, e não no limiar do inquérito policial para fins da prisão cautelar. (Índio da Costa) não mais está à frente do Cruzeiro do Sul, não possui condições de interferir na prática bancária. Suposições e afirmações genéricas de cunho retórico não são suficientes para justificar a prisão cautelar.”

Ele citou relatório do Banco Central “informando que, no transcurso das investigações, técnicos e interventores estavam sendo monitorados e espiados pelos responsáveis pela administração do Cruzeiro do Sul, por meio de gravações irregulares das ligações telefônicas e atividades realizadas nos computadores da instituição, inclusive com a possibilidade de acesso remoto a tais dados”.

“O que se sabe é que, além das gravações de comunicações de operadores de mesa da Corretora Cruzeiro do Sul, que poderiam ser licitamente efetuadas, também foram interceptados ilegalmente outros ramais telefônicos, comunicações que deveriam estar protegidas pelo sigilo. Mas não há, ainda, indícios suficientes que permitam imputar a autoria de tais ações ao paciente (acusado).”

1 0 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO Ministro do STF cobra governo contra violência

Para Gilmar Mendes, tema tem de entrar na agenda federal 'sem conversa fiada' e as ações criminosas em SP se aproximam de 'práticas terroristas'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes cobrou enfaticamente ontem a União para que assuma papel de coordenação no enfrentamento à violência. Segundo ele, a União "nunca quis assumir" a discussão sobre a segurança pública de maneira ampla e sempre o faz por meio de "auxílios isolados" no setor.

Ao se referir à onda de violência que castiga São Paulo, ele afirmou que a questão da criminalidade deve entrar na agenda federal, "sem conversa fiada". "Tem de ter uma política nacional sobre o assunto com a União no papel central", defendeu Mendes, durante evento da Escola da Advocacia-Geral da União (EA-GU), em São Paulo.

O ministro afirmou que a recente onda de violência em São Paulo "parece até mesmo uma ação política".

"Esses ataques têm conotação que vão para além dos crimes comuns. Sugerem práticas que se aproximam de práticas terroristas", comentou o ministro. Ele disse ainda observar nesse caso uma "organização criminosa com o objetivo de fazer enfrentamento ao Estado".

O ministro destacou que a União dispõe da Polícia Federal, de recursos suficientes e das Forças Armadas. "O governo federal tem o dever de policiar as fronteiras, tem todo esse aparato que é ligado à União. Me parece que é chegada a hora de se fazer essa coordenação."

Ele disse que a União não tem interesse em conversar sobre o tema. "Quando se chamam os secre-

tários de Segurança para conversar sobre isso, eles dizem: 'E os recursos, de onde virão?' Virão da União.

Por isso essa conversa é desagradável e a União nunca quis assumir ou sempre faz auxílios tópicos. Mas essa questão tem de entrar na agenda federal e sem conversa fiada."

Mendes pregou uma política nacional para barrar a violência. "A União tem de ter um papel central. Nós não produzimos cocaína, ela vem do exterior, passa pelas fronteiras", disse, a exemplo do que tem defendido o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). "Alguém está coordenando uma ação contra isso? Faltas elementares como essa, presídios sem comida para os presos, alguém está gerenciando isso?", perguntou.

**Presídios.** Mendes citou o caso de Estados onde falta até comida para os presos. "Não dá para dizer que essa é responsabilidade do Estado. É preciso que, de fato, a União assuma claramente suas responsabilidades, que vão além de uma secretaria de segurança pública burocraticamente provida em Brasília", disse, em alusão à Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça.

1 0 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Hora da sentença.** Ministros da Corte admitem necessidade de fazer ajustes para evitar recursos de advogados dos condenados no julgamento do mensalão; sessões de cálculo das punições estão em ritmo lento e têm sido marcadas por desentendimentos em plenário

# Supremo prepara pente-fino contra distorção em penas

Ministros do Supremo Tribunal Federal já admitem que, ao fim do julgamento do mensalão, terão de fazer uma nova sessão para corrigir os próprios erros e sanar as contradições provocadas, especialmente, pela falta de um critério uniforme para o cálculo das penas. Esse “pente-fino”, como definiu o ministro Luiz Fux, tem por objetivo proteger o acórdão do processo dos recursos que serão movidos pelos advogados dos 25 condenados. Essa sessão extra atrasará o cronograma já estourado do julgamento.

“Ao fim, todos nós (*ministros*) queremos fazer um pente-fino na decisão para não deixar que escape nenhuma irregularidade, nenhuma falha na aplicação da pena, nenhuma brecha para evitar, inclusive, embargos de declaração (*recurso no qual a defesa pede esclarecimentos alegando pontos obscuros ou omissos da sentença*), afirmou Fux, em São Paulo. “Vamos deixar tudo bem claro porque, eventualmente, se houver uma mudança de critério, pode influir na dosimetria.”

Também em São Paulo, o ministro Gilmar Mendes alertou que os autos do processo do mensalão representam apenas uma parte do alcance das ações da organização supostamente comandada pelo ex-ministro José Dirceu (Casa Civil). “O volume e a fartura de provas levantadas e carreadas para os autos revelam

### ● Provas

#### GILMAR MENDES MINISTRO DO SUPREMO

“O volume e a fartura de provas levantadas e carreadas para os autos revela a gravidade dos fatos. Não esqueçamos, o que está judicializado, submetido ao Supremo, é talvez um pequeno percentual do que ocorreu. Temos vários processos em tramitação, talvez 14, 15, ainda inqueritos, investigação, ações iniciadas nas várias instâncias. Tudo isso forma esse conjunto, o que dá a dimensão da ousadia (*da quadrilha*)”

a gravidade dos fatos. Não esqueçamos, o que está judicializado, submetido ao Supremo, é talvez um pequeno percentual do que ocorreu. Temos vários processos em tramitação, talvez 14, 15, ainda inqueritos, investigação, algumas ações iniciadas nas várias instâncias. Tudo isso forma esse conjunto, o que dá a dimensão da ousadia (*da quadrilha*).”

**Pendências.** O STF se reunirá no fim da dosimetria das penas para desfazer erros e padronizar as penas. Um dos problemas a serem corrigidos é a aplicação de punições mais severas para condenados com participação menor do esquema.

Outro equívoco admitido por ministros é a não aplicação de causas de aumento (incremento à punição de um condenado) nos casos em que a corrupção provocou resultados práticos, como a votação de projetos de interesse do governo Lula em troca de dinheiro. Falhas assim serão atacadas pelos advogados e podem ser também questionadas pelo Ministério Público.

“Depois que esgotar essa fase, vamos precisar de uma reunião do plenário para fazer um concerto, sob pena de nosso pronunciamento poder suscitar embargos declaratórios”, afirmou o ministro Marco Aurélio Mello, referindo-se ao tipo de recurso que pode ser apresentado pelas partes que visa a esclarecer contradições e omissões de uma decisão. Na mesma sintonia, outros ministros, reservadamente, afirmam que a confusão nas penas aplicadas precisará de uma “sessão de acerto”.

As dificuldades encontradas pelos ministros na definição de uma metodologia para mensurar as penas dos 25 condenados provocou embates em plenário, atrasou a continuidade do julgamento, vai tirar do processo o ministro Carlos Ayres Britto – que se aposenta no dia 18, antes de encerrado o caso – e evidenciou a falta de articulação do STF para analisar uma ação penal de tamanha complexidade.

**CONTINUA**

# 1 0 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Os obstáculos enfrentados pelo tribunal jogarão a conclusão do processo para dezembro deste ano ou, no cenário mais pessimista, pode postergar o encerramento para 2013. A demora repercute, evidentemente, na aplicação das penas. Depois do pente-fino na dosimetria, o STF precisa publicar o acórdão do julgamento, o que deve levar meses.

Somente após essa publicação, os advogados poderão recorrer da decisão. Mesmo com essa correção promovida pelos ministros, ainda sobrarão problemas a serem resolvidos. A Corte ainda precisa decidir se o mandato dos parlamentares envolvidos será automaticamente cassado ou se isso dependerá de decisão da Câmara, e se é possível impor aos condenados multas para que os cofres públicos sejam ressarcidos pelos desvios de recursos provocados pela quadrilha.

O pedido feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de antecipar a prisão dos condenados, deve ser rejeitado pela Corte. Assim, as penas só serão cumpridas após o trânsito em julgado do processo – quando não houver mais recursos pendentes.

### Marco Aurélio chama Barbosa de 'voz única'

O ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem que está apreensivo com o estilo do relator do mensalão, Joaquim Barbosa, a quem chamou de "voz única" e comparou ao regime totalitário. "Eu continuo preocupado com a ótica exteriorizada, que seria uma ótica de voz única. No colegiado a divergência só enriquece. A dissidência é própria ao regime democrático. A voz única descamba para o totalitarismo."

Marco Aurélio recomendou ao relator que entenda que divergências são próprias de colegiados. Os dois têm se desentendido durante as sessões de julgamento da ação do mensalão. Barbosa irrita-se quando outros ministros dão opiniões contrárias à sua tese.

Sobre o fato de Barbosa assumir a presidência da Corte, em alguns dias, Marco Aurélio declarou: "Deus queira que ele (*Barbosa*) entenda que o presidente do Supremo coordena e não enfia nada goela abaixo. Ele deve entender que os outros ministros não são vaquinhas de presépio, amém, amém, amém".

"A expectativa é que ele (*Barbosa*) perceba a importância da cadeira ocupada pelo presidente, que o presidente é chefe de um Poder, é um coordenador de trabalho desenvolvido por iguais."

Marco Aurélio também revela seu ceticismo com relação ao fato de que Barbosa vai acumular a função de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Que ele se preocupe com o diálogo, já que o CNJ é um colegiado que tem a participação de pessoas de diversos segmentos, não é um colegiado de iguais como o Supremo."

Sobre a medida do relator, que mandou apreender os passaportes dos réus do mensalão, Marco Aurélio observou: "Cada cabeça, uma sentença".

1 0 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## SÔNIA RACY

### Fux diz que debate sobre royalties pode ser definido no STF

● O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux afirmou que vai analisar se a questão da partilha dos royalties de petróleo está no momento de ser levada ao Judiciário. "Vou analisar a liminar sob o âmbito da reserva política, se esta questão está no momento de ser judicializada", afirmou Fux em evento da Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU), em São Paulo.

Fux afirmou que não analisou o mérito da liminar ainda, mas comentou que o STF já entendeu em momentos anteriores que o Judiciário poderia impedir a votação em um "processo viciado" nos casos de emenda constitucional. "Ora, se pode em relação à emenda, pode em relação à projeto de lei", acrescentou.

### Repeteco

É altíssima a expectativa, no STF, por novos depoimentos de pessoas ligadas à morte de Celso Daniel – após depoimento de Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, que reacendeu a polêmica sobre o caso em pleno julgamento do mensalão.

A decisão está nas mãos de Luiz Fux, relator de processo que pede a anulação das investigações. A tendência é que ele peça, sim, para ouvir mais gente. A explicação é clara e nada tem a ver com política. A doutrina jurídica diz que, diante de fatos novos, o juiz pode mandar reapurar um delito. A conferir.

### Estômago

Na quinta, um dia depois de protagonizarem briga feia no plenário do STF, Marco Aurélio Mello e Joaquim Barbosa só queriam saber de... doçura.

É que Mello mantém um pote de balas nas sessões. E adivinhem quem pediu para adoçar a boca?

# Julgando de barriga cheia

Um juiz federal brasileiro começa ganhando cerca de € 109 mil anuais, enquanto seu colega francês em início de carreira recebe € 40.660 e o alemão, € 41.127

**Juízes federais anunciam paralisação de dois dias, quarta e quinta, para chamar atenção à “desvalorização da carreira”. A categoria diz ter sofrido perda salarial de 28,86% desde 2005. E que nesse intervalo de tempo apenas um reajuste salarial foi aprovado, de 9%.**

**A** paralisação dos juízes federais e trabalhadores ocorrida nos dias 7 e 8 deste mês reivindicando aumento salarial é a prova cabal de que alguns magistrados brasileiros ainda vivem em uma torre

de marfim e se recusam a sair dela. Reivindicar aumento salarial é uma atitude compreensível em qualquer categoria profissional, mas levando-se em conta a situação dos demais servidores públicos brasileiros, a interrupção das atividades de um dos três poderes da República mostrou-se precipitada e inoportuna. Causa perplexidade que, em um país cujo salário médio é de R\$ 1.345, um magistrado venha a público afirmar que a paralisação estaria ocorrendo porque “com R\$ 15 mil líquidos não é possível viver com estabilidade financeira” e, por causa disso, muitos juízes “estão vivendo com créditos consignados”.

Um magistrado brasileiro, em início de carreira, ganha hoje cerca de 35 salários mínimos. É, portanto, considerado integrante do seletor grupo da classe A brasileira. Se isso não for suficiente para lhe permitir viver muito bem sem recorrer a empréstimos, seu problema não é de remuneração, mas de mau gerenciamento de recursos.

Os juízes brasileiros estão entre os mais bem pagos do mundo. Um juiz federal brasileiro ingressa na carreira ganhando R\$ 21.766,16 – o que, levando-se em conta o 13º, equivale a uma remuneração anual de cerca de € 109 mil. Comparado aos subsídios dos colegas europeus, os magistrados brasileiros ganham valores significativamente superiores. Na França um juiz em início de carreira ganha por ano € 40.660, e na Alemanha € 41.127 (dados de 2010 do Relatório de Avaliação dos Sistemas Judiciais Europeus da Comissão Europeia para a Eficácia da Justiça).

O magistrado brasileiro já inicia a carreira ganhando cerca de 80% do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal, por causa do art. 93, V, da Constituição, que estabelece uma diferença de no mínimo 5% e no máximo de 10% entre cada nível da carreira



da magistratura. Se no início a pouca diferença salarial em relação aos ministros do STF pode ser bastante estimulante, com o passar do tempo o magistrado acaba se frustrando por ter uma perspectiva de ascensão econômica tão pequena.

Os subsídios de final de carreira da magistratura nacional, porém, não são nada baixos se comparados aos de colegas europeus. Hoje um ministro do STF ganha mensalmente R\$ 26.723,13, o que equivale a cerca de € 134 mil por ano, valor superior, portanto, aos pagos aos juízes da Suprema Corte da França (€ 113.478) e da Alemanha (€ 73.679).

**CONTINUA**

1 1 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

E bem verdade que os juízes, para ingressarem na carreira, necessitam ser aprovados em concorridos concursos públicos. É bom lembrar, porém, que a escolaridade exigida para ingresso na magistratura é somente a graduação em direito. Mesmo assim, o primeiro subsídio de um juiz já é quase o dobro do de um professor titular de universidade pública em final de carreira. E do professor se exige no mínimo o mestrado e o doutorado, o que implica pelo menos seis anos de estudos além da graduação.

Há quem alegue que os subsídios dos magistrados precisam ser altos para evitar que eles desistam da carreira e optem por advogar. Em qualquer país do mundo, porém, os melhores advogados ganham bem mais que juízes. Um escritório de advocacia é um investimento de risco que exige um capital inicial e anos de trabalho para consolidar o nome do profissional no mercado. A magistratura, por outro lado, é uma carreira bem diferente, que oferece estabilidade, aposentadoria com proventos integrais e um rendimento mensal inicial que dificilmente um advogado vai obter nos primeiros anos de atividade. Cada carreira tem suas vantagens e cada bacharel vai optar entre elas conforme seu perfil de risco e sua vocação profissional.

Finalmente, chega-se ao cúmulo de argumentar que juízes precisam ganhar muito bem para não se corromperem. O que evita que magistrados se corrompam é ética e, para aqueles que não a tem, uma corregedoria vigilante. Nenhum subsídio pago pelo Estado pode fazer frente aos valores oferecidos a título de suborno por organizações criminosas.

O dinheiro público é escasso e cabe ao governo decidir onde ele deve ser investido prioritariamente. O Poder Judiciário hoje paga a seus magistrados as melhores remunerações da República e presta um serviço cuja notória morosidade indica que o principal problema desse poder não está nos subsídios baixos, mas no número insuficiente de juízes. Muito mais razoável do que se conceder 30% de aumento aos magistrados, tal como eles vêm reivindicando, seria aumentar o número de juízes em 30% para reduzir a elevada carga de trabalho da magistratura e garantir uma prestação jurisdicional mais célere para o cidadão que ganha R\$ 622 por mês e não pode se dar ao luxo sequer de viver de créditos consignados para pagar suas contas.

●  
**TÚLIO VIANNA** É PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

1 1 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### Desce mais uma

Desembargadores do Tribunal de Justiça (instalado no antigo Hilton) estão sendo requisitados sempre que chegam ao Bar da Dona Onça, no Copan (vizinho de frente).

Boêmios, na onda do STF, querem discutir a dosimetria – só que a das doses de bebida.

### FRASES

**"Dão a impressão de serem pessoas fora do alcance da lei"**

**JOAQUIM BARBOSA**, ministro do STF e relator no processo do mensalão, justificando a apreensão do passaporte dos 25 condenados no julgamento

**"É puro populismo jurídico e uma séria violação aos direitos dos réus"**

**JOSÉ DIRCEU**, em seu blog, criticando a decisão de Joaquim Barbosa

1 1 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Uma fala oportuna

**I**nconformados com a condenação por corrupção que lhes foi imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os réus petistas da Ação Penal 470, com o apoio de atuais dirigentes de seu partido, têm tentado desqualificar o julgamento, acusando a Suprema Corte de ter “politizado” a questão. Com essa temerária investida revanchista, ela própria se encarregando de tornar política uma questão estritamente jurídica – e penal –, os condenados e seus apoiadores na direção do Partido dos Trabalhadores prestam mais um enorme des-serviço ao País, na medida em que procuram desacreditar um dos três poderes da República, exatamente aquele responsável por zelar pelo fiel cumprimento da lei e, sobretudo, dos fundamentos constitucionais. Com essa atitude irresponsável de flagrante desrespeito a um dos pilares de sustentação do nosso sistema democrático, tudo o que esses maus políticos conseguem é desmoralizar a própria política, atividade essencial à democracia.

É em muito boa hora, portanto, que a presidente Dilma Rousseff foi a público para inserir no contexto apropriado – a favor da democracia e não na defesa de políticos corruptos – essa questão que o julgamento do mensalão trouxe ao pros-cênio da discussão política. Falando na abertura oficial da 15.<sup>a</sup> Conferência Internacional Anticorrupção, oportunidade escolhida a dedo, a chefe do gover-

no foi enfática: “O combate ao malfeito não pode ser usado para atacar a credibilidade da ação política, tão importante nas sociedades modernas, complexas e desafiadoras. O discurso anticorrupção não deve se confundir com o discurso antipolítica, ou anti-Estado, que serve a outros interesses. (...) Deve, ao contrário, valorizar a política, a esfera pública, a ética, o conflito democrático entre projetos que nela têm de ter lugar”.

A presidente Dilma Rousseff sustentou, portanto, o mesmo ponto de vista defendido pela ministra Cármen Lúcia no momento em que, em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, condenava José Dirceu por corrupção ativa. Fez questão de deixar claro a ministra que, naquele momento, estavam sendo julgadas “pessoas que exerciam cargos políticos” e que “eventualmente tenham errado”, e acrescentou: “Mas isso não significa, principalmente para os jovens, que a política seja necessariamente, sempre, corrupta. Ao contrário, a política é necessária para a sociedade” e por isso “há de ser sempre exercida com ética – porque é a ética ou o caos”.

Para não deixar dúvidas sobre as intenções de seu oportuno pronunciamento, Dilma Rousseff preocupou-se ainda em destacar a importância da atuação de instituições que, por sua ação na fiscalização e investigação de malfeitos nas atividades governamentais, os petistas mais radicais passaram a atacar com maior intensi-

dade a partir do julgamento do mensalão, como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Polícia Federal, o Ministério Público e, de modo especial, a imprensa, definindo-os como “instrumentos sólidos” da democracia: “A nossa democracia foi feita também baseada no fato de que a luta anticorrupção é uma luta democrática. O nosso governo oferece amplo respaldo aos órgãos de controle na fiscalização, investigação e na punição da corrupção e de todos os malfeitos”.

Sobre o papel da imprensa em particular, Dilma fez contraponto à anunciada disposição de líderes petistas, com destaque para o presidente nacional do partido, o iracundo Rui Falcão, e o condenado José Dirceu, em seu blog, de colocar o “controle social da mídia” no rol das prioridades programáticas do Partido dos Trabalhadores para o próximo ano: “Mesmo quando há exaustos – e nós sabemos que em qualquer área eles existem –, é sempre preferível o ruído da imprensa livre ao silêncio tumular das ditaduras”.

É com aplausos, portanto, que a Nação recebe essa clara, oportuna, corajosa e reiterada manifestação de repúdio da presidente Dilma Rousseff à indifereçável conspiração contra a liberdade de imprensa que vem sendo urdida por notórios inimigos seus, muitos deles abrigados em seu próprio partido, alguns inconformados com a perspectiva de passar uma boa temporada atrás das grades.

12 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Crimes cibernéticos

**N**o período de apenas seis dias, o Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram o projeto que tipifica invasão de computadores, violação de dados dos usuários de computadores, roubo de arquivos pessoais por hackers e divulgação não autorizada de dados na internet como crimes cibernéticos.

De autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), a proposta havia sido aprovada em agosto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado. Mas, por causa de uma divergência entre os líderes partidários, ela foi submetida ao plenário. Em vez de aprovar mudanças na legislação criminal em vigor, alguns parlamentares defendiam que a proposta fosse incorporada ao corpo do projeto de Código Penal elaborado por uma comissão de juristas nomeada pelo senador José Sarney. Para esses parlamentares, a votação de projetos isolados em matéria de direito penal tenderia a esvaziar a revisão do Código Penal.

Como o projeto elaborado por essa comissão de juristas foi muito mal recebido por penalistas e criminólogos de diferentes tendências políticas e doutrinárias, outros parlamentares propuseram que a proposta de tipificação dos crimes cibernéticos tramitasse de forma independente da reforma do Código Penal. Esta foi a tese que prevaleceu, sob a justificati-

va de que os 70 milhões de internautas brasileiros não estão protegidos contra a ação de hackers. Por ano, realizam-se no País cerca de 58 bilhões de operações na internet, das quais 2 bilhões são fraudadas.

Durante a tramitação no Senado, a proposta de tipificação dos crimes cibernéticos foi batizada de “Lei Carolina Dieckmann” – a atriz de televisão que teve fotos íntimas de seu arquivo pessoal roubadas por hackers e divulgadas na internet. A atriz mobilizou a opinião pública em favor da agilização da tramitação do projeto de tipificação dos crimes cibernéticos. Como a internet é relativamente nova, a legislação penal em vigor – que foi editada há mais de sete décadas – não tem dispositivos específicos para coibir este tipo de delito, tratando-o como estelionato. Como a internet também passou a ser usada em larga escala não só para comunicação entre pessoas, mas, igualmente, para pagamento de contas, consultas de saldos bancários, negociações de empréstimos e transações comerciais, os crimes cibernéticos cresceram geometricamente nos últimos anos. No ano passado, só as instituições financeiras tiveram prejuízos estimados em R\$ 2 bilhões com delitos cibernéticos. Por isso, a Federação Brasileira de Bancos também pediu rapidez na votação da “Lei Carolina Dieckmann”.

A proposta prevê pena de três meses a um ano de prisão, além de multa, para quem inva-

dir “dispositivo informático”, conectado ou não à internet, mediante violação indevida de mecanismo de segurança, para obter, adulterar ou destruir dados e informações, instalar vírus ou obter vantagens indevidas. A mesma pena também será aplicada a quem produzir, distribuir ou vender programas de computador que permitem invasão de computadores e arquivos pessoais e a quem comercializar dados eletrônicos obtidos por meios ilegais. A proposta classifica como agravante a obtenção de informações sigilosas, de comunicação eletrônica privada e de segredos industriais e comerciais.

A proposta ainda equipara cartões de crédito, cartões de débito e cartões bancários a documentos particulares, punindo com severidade falsificações e clonagens. Inclui no rol de crimes cibernéticos a interrupção de serviços de informática, como a retirada do ar de páginas da internet, principalmente se isso ocorrer durante situações de calamidade pública. A legislação penal vigente trata apenas da interrupção de serviços telegráficos, telefônicos e de utilidade pública. “Hoje há quem tire do ar até página da Receita Federal e não é punido”, diz o relator do projeto, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Como a Câmara dos Deputados já havia aprovado a versão original do projeto e agora endossou todas as emendas introduzidas pelo Senado, ele poderá ser sancionado ainda este ano pela presidente Dilma Rousseff.

12 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

## Estrondo causa pânico e prova de concurso público é cancelada

Um abalo na estrutura de um prédio em Brasília provocou pânico ontem pela manhã durante a aplicação de provas para um concurso público. O exame foi cancelado, afetando quase 55 mil pessoas.

No meio da manhã, cerca de 4 mil candidatos faziam as provas para o concurso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª região (Distrito Federal) quando um forte estrondo foi ouvido no edifício da Universidade Paulista (Unip), um dos locais do exame. O susto provocou correria e um dos candidatos chegou a se jogar por uma das janelas do prédio, mas não se feriu gravemente. Ele e outros feridos leves foram atendidos e levados para o Hospital de Base do DF.

“O que ocorreu foi uma dilatação e estufamento do piso de salas dos blocos A e I. O piso se deslocou da base da laje e acabou provocando barulho, gerando pânico nas pessoas”, afirmou o coronel Sérgio Bezerra, subsecretário de Operações da Defesa Civil do Distrito Federal. “Para evitar que isso ocorra novamente, recomendamos a suspensão do concurso”, disse.

Além das provas da manhã, haveria uma segunda sessão de exames na parte da tarde.

**Relato.** “Estava levando uma menina ao banheiro e ouvi o primeiro barulho. Uma outra menina saiu gritando de dentro de uma sala e achamos que era tiro”, contou Gustavo Queiroz, que trabalhava como fiscal da prova, segundo relato feito à Agência Brasil.

Depois do incidente, o Centro de Seleção e de Produção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB), organizador do concurso, decidiu suspender o exame. A avaliação seria usada para o preenchimento de 28 vagas e formação de um cadastro de reserva para os cargos de técnico e analista judiciário do TRT da 10ª região.

Em nota, o Cespe informou que o concurso será reaplicado para todos os 54.983 inscritos e que as novas datas de aplicação das provas serão divulgadas “oportunamente”.

A Presidência do TRT da 10ª Região lamentou o ocorrido e prometeu trabalhar em conjunto com o Cespe para agilizar a remarcação das provas e evitar que os candidatos sejam prejudicados.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRT vai pagar os terceirizados

As cerca de 280 funcionárias da empresa Executiva que prestavam serviço no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) e estavam com os salários atrasados, devem ter seus problemas resolvidos nos próximos dias. Em reunião na manhã de ontem, representantes do tribunal, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba (Siemaco), do Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) e da prestadora de serviço decidiram que os valores devidos às trabalhadoras serão pagos pelo TRT-PR.

Ficou definido que o montante não será passado para a Executiva, como acontece normalmente em serviços terceirizados. "Estavam devendo 23 dias de trabalho e todos os termos de contrato, como vale-refeição, vale-transporte. Então, conseguimos esse acordo e esperamos que o que foi decidido seja cumprido pelas partes", afirma Amélia Rodrigues, diretora do Siemaco.

### **Pagamentos**

Ainda de acordo com a sindicalista, a Executiva tem até segunda-feira para repassar a documentação necessária para o TRT-PR efetuar os pagamentos. "Agora é esperar. Vamos aguardar se o pagamento será feito em sua totalidade. Se os números apresentados forem inferiores ao correto, vamos exigir o pagamento e cobrar na Justiça o restante dos valores", afirma.

# 10 NOV 2012

## Ampliação da folga

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) está para tomar decisão que amplia o seu recesso de fim de ano. Hoje vai de 20 de dezembro a 2 de janeiro. A ideia é que a folga vá de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Com a medida, os 2.712 funcionários do STJ ganham mais 4 dias de folga no começo do ano. O número inclui efetivos e ocupantes de cargos de confiança, informou a assessoria do tribunal. Os 31 ministros não desfrutarão de folga maior porque saem para o recesso em 20 de dezembro e já emendam férias até o fim de janeiro.

A dispensa dos servidores terá como consequência a prorrogação de prazos processuais.

## tribuninha Sabatina

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, o procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sérgio Luiz Kukina, passará agora por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

1 2 NOV 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Detração de pena é aprovada no Senado e segue para sanção presidencial

O Senado Federal aprovou, o projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para permitir que o juiz considere, já na sentença condenatória, o tempo de prisão provisória ou medida de segurança cumprida pelo réu. O Projeto de Lei Complementar 93/2012, também chamado de PL de detração de pena, segue agora para sanção da Presidência em um prazo

de até 15 dias, após o recebimento do texto aprovado pelo Senado.

O secretário-substituto de Assuntos Legislativos, Gabriel Sampaio, afirma que o projeto será muito importante para a melhoria do sistema prisional. "Atualmente o réu aguarda o processo inteiro preso e quando vem a condenação, muitas vezes, essa condenação é

inferior ao tempo de pena que ele já cumpriu durante o processo. Para que essa pena que ele já cumpriu seja descontada daquela aplicada pelo juiz, o processo deve ir para um outro magistrado, que é o competente para fazer o abatimento dessa pena. Esse trâmite pode demorar até 20 dias, caso o acusado tenham um bom advogado", ressalta.

# Deputados pedem ao Supremo que suspenda decisão sobre royalties

Deputados das bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo entraram, com um pedido de liminar para que o Supremo Tribunal Federal suspenda a tramitação do projeto de lei que modificou a distribuição das receitas de petróleo

O texto foi aprovado, pela Câmara e segue para sanção da presidente Dilma Rousseff. A nova divisão dos royalties, segundo

parlamentares das duas bancadas, impõe perdas bilionárias na arrecadação dos dois Estados. O documento, assinado pelos deputados Anthony Garotinho, Rose de Freitas e Hugo Leal, argumenta que o projeto é inconstitucional porque fere princípios dos entes federativos.

O pedido vai tramitar em conjunto com um Mandado de Segu-

rança protocolado no ano passado, no Supremo, que solicitava a suspensão da tramitação do projeto que estava em votação no Senado.

A proposta aprovada pelo Congresso prejudica os Estados produtores de petróleo, pois o texto aumenta a verba de Estados e municípios não produtores, além de alterar a distribuição dos tributos de campos já licitados.

1 2 NOV 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Dilma nomeia  
Henrique  
Neves para  
ministro  
titular do TSE**

A presidente da República, Dilma Rousseff, manteve a tradição e nomeou o ministro Henrique Neves para o cargo de juiz titular do Tribunal Superior Eleitoral. O ministro tomará posse do cargo na próxima terça-feira (13/11). Neves ocupará a vaga aberta com a saída do ministro Marcelo Ribeiro, que deixou o tribunal em 30 de abril depois de cumprir dois mandatos.

A nomeação impedirá que o TSE fique ainda mais desfalcado. Isso porque o mandato do ministro Arnaldo Versiani, que também ocupa uma das duas vagas destinadas a advogados, termina nesta semana. A vaga de Marcelo Ribeiro vinha sendo ocupada pela ministra substituta Luciana Lóssio.

A lista encaminhada a Dilma continha, além do nome de Henrique Neves, o do advogado Admar Gonzaga e da ministra Luciana Lóssio.

1 2 NOV 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## PR: Homicídios culposos de trânsito aumentam 12,74%

Os homicídios culposos (sem intenção de matar) de trânsito tiveram aumento de 12,74% no Paraná. Foram 1.902 ocorrências de janeiro a setembro contra 1.687 no mesmo período do ano passado. Em Curitiba, houve queda de 7,73% (194 no ano passado e 179 em 2012). As informações estão no relatório estatístico criminal relativo a este delito, divulgado pela Secretaria da Segurança Pública na sexta-feira (09/11).

Podem ser enquadrados como homicídios culposos de trânsito imprudência no volante e negligência, por exemplo. Os bairros da capital com maior número de ocorrências são Cidade Industrial de Curitiba, com 20 crimes; Centro (15); Tatuquara (13); Pinheirinho (10); Portão e Xaxim (7 registros cada). O relatório é produzido pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico (Cape) e traz informações

específicas dos 399 municípios do Estado. Em Curitiba, os dados estão separados por bairros.

Desta forma, a Secretaria mantém o compromisso com a transparência e a divulgação estatística dos eventos criminais, buscando cada vez mais aumentar a qualidade da informação. Para inibir o consumo de álcool por motoristas e tentar reduzir o número de acidentes de trânsito, o Batalhão de Polícia de Trânsito e o Batalhão de Polícia Rodoviária vão aumentar a fiscalização no trânsito pelo Paraná, conforme anunciado pela Secretaria da Segurança Pública durante esta semana. Esta é a segunda etapa do processo que começou com uma campanha educativa, de conscientização dos motoristas, feita pelo Departamento de Trânsito (Detran) do Paraná em diversas cidades do Estado, iniciada no dia 5 de setembro.

1 0 NOV 2012

# CARTA CAPITAL

Vox Populi Marcos Coimbra

## A mídia e os juízes

**A**INDA HÁ QUEM DUVIDE quando ouve que a mídia brasileira é partidária. Que tem posição política e a defende com unhas e dentes.

Por opção ideológica e preferência político-partidária, ela é contra o PT. Desaprova os dois presidentes da República eleitos pelo partido e seus governos. Discorda, em princípio, do que dizem e fazem seus militantes e dirigentes.

A chamada “grande imprensa” é formada por basicamente quatro grupos empresariais. Juntos, possuem um vasto conglomerado de negócios e atuam em todos os segmentos da indústria da comunicação. Têm um grau de hegemonia no mercado brasileiro de entretenimento e informação incomum no resto do mundo. É coisa demais na mão de gente de menos.

Afirmar que ela faz oposição ao PT e a seus governos não é uma denúncia vazia, uma “conversa de petista”.

Ficou famosa, pela sinceridade, a declaração da presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e diretora-superintendente do Grupo Folha, Judith Brito, segundo quem “(...) os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, uma vez que a oposição está profundamente fragilizada”.

Disse isso em março de 2010 e nunca se retratou ou foi desautorizada por seus pares ou empregadores. Pelo contrário. Cinco meses depois, foi reconduzida, “por aclamação”, à presidência da ANJ. Supõe-se, portanto, que suas palavras permanecem válidas e continuam a expressar o que ela e os seus pensam.

**A executiva falava de** maneira concreta. Ela não defendia que a mídia brasileira fizesse uma oposição abstrata, como a que aparece no aforismo “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Propunha que atuasse de maneira tipicamente política: contra uns e a favor de outros.

O que dizia é que, se a oposição partidária e institucionalizada falha, alguém tem de “assumir a responsabilidade”.

O modelo implícito no diagnóstico é o mesmo que leva o justiceiro para a rua. Inconformado com a ideia de que os mecanismos legais são inadequados, pega o porrete e vai à luta, pois acha que “as coisas não podem ficar como estão”.

Se os políticos do PSDB, DEM, PPS e adjacências não conseguem fazer oposição ao PT, a mídia toma o lugar. Proclama-se titular da “posição oposicionista deste país”, ainda que não tenha voto ou mandato.

Enquanto o que estava em jogo era apenas a impaciência da mídia com a democracia, nenhum problema muito grave. Por mais que seus editorialistas e comentaristas se esmerassem em novas adjetivações contra o “lulopetismo”, pouco podiam fazer.

Como dizia o imortal Ibrahim Sued, “os cães ladram e a

caravana passa”, entendendo-se por caravana Lula, Dilma, o PT e sua ampla base na sociedade, formada por milhões de simpatizantes e eleitores.

Aí veio o julgamento do “mensalão”.

A esta altura, devem ser poucos os que ainda acreditam que a cúpula do Judiciário é apolítica. Os que continuam a crer que o Supremo Tribunal Federal (STF) é uma corte de decisão isenta e razoável.

**Desde o início do ano**, seus integrantes foram pródigos em declarações e atitudes inconvenientes. Envolveram-se em quizílias internas e discussões públicas. Mostraram o quanto gostavam da notoriedade que a aproximação do julgamento favorecia.

Parece que os ministros do STF são como Judith Brito: inquietos com a falta de ação dos que têm a prerrogativa legítima, acharam que “precisavam fazer alguma coisa”. Resolveram realizar, por conta própria, a reforma da política.

O STF não é o lugar para consertá-la e “limpá-la”, como gostam de dizer alguns ministros, em péssima alusão a noções de higienismo social.

Mas o mais grave é a intencionalidade política da “reforma” a que se propuseram.

A mídia e o STF estabeleceram uma parceria. Uma pauta o outro, que fornece à primeira novos argumentos. Vão se alimentando reciprocamente, como se compartilhassem as mesmas intenções.

A pretexto de “sancar as instituições”, o que desejam é atingir adversários.

O julgamento do mensalão é tão imparcial e equilibrado quanto a cobertura que dele faz a “grande imprensa”. Ela se apresenta como objetiva, ele como neutro. Ambos são, no entanto, essencialmente políticos.

As velhas raposas do jornalismo brasileiro já viram mil vezes casos como o do mensalão, mas se fingem escandalizadas. Vivendo durante anos na intimidade do poder, a maioria dos ministros presenciou calada esquemas para ganhar mais um ano de governo ou uma reeleição, mas agora fica ruborizada.

O que ninguém imaginava era tão simples seria para a mídia ter o Supremo a seu lado. Bastavam algumas capas de revista.

E agora que se descobriram aliados, o que mais vão fazer juntos? ●



Agora que o STF e a imprensa se descobriram aliados, o que mais farão juntos?

## Supremos entreveros

"MENSALÃO" O bate-boca  
costumeiro, com  
novos participantes

**E**NGANOU-SE QUEM esperava um Supremo Tribunal Federal mais tranquilo durante a fase de definição das penas dos condenados no chamado "mensalão". Deu-se exatamente o oposto. Na quarta-feira 7, quando os ministros retomaram o julgamento após uma parada de dez dias, os ânimos se acirraram. Não bastassem as costumeiras discussões entre o relator Joaquim Barbosa e o revisor Ricardo Lewandowski, outros juizes resolveram entrar no sururu.

Barbosa queixou-se das críticas na mídia por supostamente pesar a mão na pena ao publicitário Marcos Valério (47 anos). Marco Aurélio Mello interveio, porém, e fez reparos às decisões do colega: "Está estarecendo o mundo acadêmico alguém condenado a 40 anos".

O relator não gostou e mais uma vez teve início no STF um bate-boca com acalorada troca de acusações. "Peço a Vossa Excelência que cuide das palavras que venha a utilizar quando eu estiver votando", disse Mello. "Sei usar muito bem o vernáculo", rebateu Barbosa. "Não tem utilizado e vou repetir. Não sorria que a coisa é séria, o deboche não cabe", continuou, irritado, Marco Aurélio. "Não admito que Vossa Excelência proponha que todos aqui sejam salafários e só Vossa Excelência vestal." Rosa Weber também demonstrou irritação com as interrupções de Barbosa durante seu voto.

**Até agora foram** fixadas as penas de Marcos Valério e seus sócios Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, de 26 e 29 anos, respectivamente. Enquanto os entreveros supremos prosseguem, apesar de os ministros terem estabelecido uma tabela para fixação das penas, aproxima-se o momento em que o presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, se aposentará. Até o domingo 18 ele terá de deixar o tribunal por completar 70 anos. Barbosa será o novo presidente. É mais que provável que a dosimetria das penas não tenha chegado ao fim.

Além do desentendimento técnico, há outra razão para o aparente nervosismo dos ministros. Eles estão incomodados com a proposta de Marcos Valério de "delação premiada", com redução da pena em troca de hipotéticas revelações. O próprio relator declarou acreditar em blefe, mas o tribunal sente-se na obrigação de ouvir o publicitário. ●

## JUDICIÁRIO Além da lei

Supunha-se que a Lei de Acesso à Informação, entre outras utilidades, pudesse ser uma ação inibidora da manutenção de privilégios da administração pública, como a insistente desobediência do limite do Teto Constitucional de 26 mil reais, do subsídio de ministros do STF.

A tabela de remuneração, no mês de setembro, de juizes e desembargadores de São Paulo circula por e-mails institucionais de vários órgãos influentes da União. Lista semelhante, dos magistrados do Rio de Janeiro, também "passeou" incólume e, como agora, só despertou sobre os valores pagos.

Um coro angelical entoou uníssono: não há justificativa legal ou moral para isso.

Se for assim, por que nada é feito pelo Ministério Público?

Não há também recolhimento de IR sobre o valor total, protegido pela rubrica "verbas indenizatórias" com direito a isenção. Por isso o Leão não morde?

Ainda assim, a Magistratura ensaia greve em busca de aumento salarial. A paralisação será inédita no Judiciário, um poder da República que, em poucos dias, estará sob a batuta do aparentemente intemorato Joaquim Barbosa. Aguardemos.

### À sereia e o desconfiado

No dia 28 de setembro, em pleno julgamento do chamado "mensalão" no STF, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deu um pulo em Fortaleza para receber o troféu "Sereia de Ouro", oferecido à "Personalidade do Ano" pelos critérios da TV Verdes Mares.

A emissora é da família Queiroz, cuja herdeira, Renata, é esposa do ex-senador e líder político tucano Tasso Jereissati.

Esse pessoal já foi mais discreto nessas comemorações.

### O “mensalão” tucano Longa encenação em vários atos e muitas personagens, sem excluir, naturalmente, Marcos Valério e Daniel Dantas

**A**MÍDIA NATIVA entende que o processo do “mensalão” petista provou finalmente que a Justiça brasileira tarda, mas não falha. Tarda, sim, e a tal ponto que conseguiu antecipar o julgamento de José Dirceu e companhia a um escândalo bem anterior e de complexidade e gravidade bastante maiores. Falemos então daquilo que poderíamos definir genericamente como “mensalão” tucano. Trata-se de um compromisso de *CartaCapital* insistir para que, se for verdadeira a inauguração de um tempo novo e justo, também o pássaro incapaz de voar compareça ao banco dos réus.

Réu mais esperto, matreiro, duradouro. A tigrada atuou impune por uma temporada apinhada de oportunidades excelentes. Quem quiser puxar pela memória em uma sociedade deliberadamente desmemoriada, pode desatar o entrecho a partir do propósito exposto por Serjão Motta de assegurar o poder ao tucanato por 20 anos. Pelo menos. Cabem com folga no enredo desde a compra dos votos para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, até a fase das grandes privatizações na segunda metade da década de 90, bem como a fraude do Banestado, desenrolada entre 1996 e 2002.

• **Um best seller** intitulado *A Privataria Tucana* expõe em detalhes, e com provas irrefutáveis, o processo criminoso da desestatização da telefonia e da energia elétrica. Letra morta o livro, publicado em 2011, e sem resultado a denúncia, feita muito antes, por *CartaCapital*, edição de 25 de novembro de 1998. Tivemos acesso então a grampos executados no BNDES, e logo nas capas estampávamos as frases de alguns envolvidos no episódio. Um exemplo apenas. Dizia Luiz

Carlos Mendonça de Barros, presidente do banco, para André Lara Rezende: “Temos de fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity. Fala pro Pio (*Borges*) que vamos fechar daquele jeito que só nós sabemos fazer”.

Afirmavam os protagonistas do episódio que, caso fosse preciso para alcançar o resultado desejado, valeria usar “a bomba atômica”, ou seja, FHC, transformado em arma letal. *Veja* e *Época* foram o antídoto à nossa capa, divulgaram uma versão, editada no Planalto e bondosamente fornecida pelo ministro José Serra e pelo secretário da Presidência Eduardo Jorge. O arco-da-velha ficou rubro de vergonha, aposentadas as demais cores das quais costuma se servir.

Ah, o Opportunity de Daniel Dantas, sempre ele, onipresente, generoso na disposição de financiar a todos, sem contar a de enganar os tais italianos. Como não observar o perene envolvimento desse monumental vilão tão premiado por inúmeros privilégios? Várias perguntas temperam o guisado. Por que nunca foi aberto pelo mesmo Supremo que agora louvamos o disco rígido do Opportunity sequestrado pela PF por ocasião da Operação Chacal? Por que adernou miseravelmente a Operação Satiagraha? E por que Romeu Tuma Jr. saiu da Secretaria do Ministério da Justiça na gestão de Tarso Genro? Tuma saberia demais? Nunca esquecerei uma frase que ouvi de Paulo Lacerda, quando diretor da PF, fim de 2005: “Se abrirem o disco rígido do Opportunity, a República acaba”. Qual República? A do Brasil, da nação brasileira? Ou de uma minoria dita impropriamente elite?

**Daniel Dantas** é poliédrico, polivalente, universal. E eis que está por trás de Marcos Valério, personagem central de dois “mensalões”. Nesta edição, Leandro Fortes tece a reportagem de capa em torno de Valério, figura que nem Hollywood conseguiria excogitar para um policial *noir*: Sua característica principal é a de se prestar a qualquer jogo desde que garanta retorno condizente. Vocação de sicário qualificado, servo de amos eventualmente díspares, Arlequim feroz pronto à pirueta mais sinistra. Não se surpreendam os leitores se a mídia nativa ainda lhe proporcionar um papel a favor da intriga falaciosa, da armação funesta, para o mal do País.

Pois é, hora do dilema. Ou há uma mudança positiva em andamento ou tudo não passa de palavras, palavras, palavras. Ao vento. É hora da Justiça? Prove-se, de direito e de fato. E me permito perguntar, *in extremis*: como vai acabar a CPI do Cachoeira? E qual será o destino de quem se mancomunou com o contraventor a fim de executar tarefas pretensoamente jornalísticas, como a *Veja* e seu diretor da sucursal de Brasília, Polícarpo Jr., uma revista e um profissional que desonram o jornalismo. ●

1 0 NOV 2012

# CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganiello Maierovitch

## Alckmin perde para o PCC

**E**M MAIO DE 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC), associação delinquencial paulistana nascida nos presídios como a italiana Sacra Corona Unita, apavorou a população com ataques espetaculares. O medo tomou conta dos paulistanos, que se refugiaram nas suas residências.

Quando isso aconteceu, Geraldo Alckmin tinha renunciado ao governo do estado para concorrer à Presidência da República. Como legado, Alckmin deixou uma canhestra política militarizada de segurança pública e a passar a falsa impressão de tranquilidade à população. Não bastasse, não desmentiu o seu chefe do Departamento de Investigações Criminais na afirmação, em entrevista coletiva, de que o PCC estava agonizante.

Logo depois da saída da chefia do Executivo paulista, articulados ataques do PCC serviram para confirmar a falência da política militarizada de Alckmin, e o governador interino, Cláudio Lembo, foi apanhado de calças curtas. Não bastasse, um avião oficial conduziu negociadores para fechar um "armistício" com o chefão do PCC, recolhido em estabelecimento prisional.

De maio de 2006 em diante, excluída a curta passagem do pefelista Lembo, a política tucana para a segurança pública continuou calamitosa, com a agravante da manutenção do acordo celebrado com o PCC. Isso permitiu ao PCC difundir-se pela periferia e tecer uma potente e capilar rede criminal. O PCC passou a ter controles territorial e social.

Para se ter ideia, um respeitado padre da zona leste enviou uma carta ao cardeal arcebispo a relatar pressões do PCC e o patrocínio, em paróquias que indicou, de quermesses e festas litúrgicas. Com a volta de Alckmin, colocou-se de lado a Polícia Civil, apesar das suas tradições e do respeito conquistado junto à população. Num pano rápido, intensificaram-se as ações militarizadas, com todas as fichas apostadas na Polícia Militar.

**A propósito, basta lembrar** o *nihil obstat* de Alckmin na ridícula tomada militar do campus da Universidade de São Paulo e por causa de três cigarros de maconha na posse de usuários. E teve a desumana ação militar no bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos, que resultou na expulsão de famílias instaladas há anos nesse bairro operário. Não se deve olvidar, também, a desumana e atropalhada tentativa, sempre com policiais armados e emprego de violência, de acabar com um velho confinamento de dependentes químicos na Cracolândia. Em todos esses casos, Alckmin, em panos de Capitão Nascimento, repetia, sem corar e em entrevistas, frases de matriz fascista.

Pois bem. O PCC voltou, desde agosto passado, a mostrar os músculos e a Polícia Militar partiu para a guerra, que já é de



Na guerra, cresce o número de vítimas inocentes e policiais mortos. Mas o governador insiste que a facção criminosa e superestimada pela mídia

uma clareza solar. Por operar em rede difusa por todas as zonas da capital e da periferia, o PCC, com ataques de norte a sul e de leste a oeste, colocou Alckmin e a sua polícia como "baratas tontas".

Pouco antes do período eleitoral municipal, o governador paulista e os seus subordinados insistiam, como a esquecer o passado, na afirmação de o PCC ser supervalorizado pela mídia. Num dos embates sangrentos, Alckmin não poupou os paulistas ao soltar um "quem não reagiu não morreu".

**A guerra em curso** tem gerado mortes dos dois lados. Pior, cresceu o número de vítimas inocentes, de policiais e carcereiros mortos em dias de folga. Fora isso, grupos de extermínio entraram no embate e o crime organizado já impôs toque de recolher aos moradores de territórios controlados.

O confronto teria sido uma resposta à morte, em janeiro, num

confronto com policiais militares em São Bernardo do Campo (no ABC paulista), de um líder de nó da rede criminal operada pelo PCC. Fala-se numa carta interceptada em presídio, no mês de maio, com ordem de eliminação de policiais militares. A versão que corre nos bastidores das delegacias é outra. Dá conta de uma quebra do *modus vivendi* acertado em maio de 2006, com a Rota (polícia especial) a ingressar em territórios da periferia dominados pelo PCC e a perseguir vendedores de drogas ilícitas.

Nesta semana, depois de um bate-cabeça entre o secretário de Segurança paulista e o ministro da Justiça, a presidenta Dilma entrou em cena e acertou com o governador; além de auxílio financeiro, a constituição de uma agência de combate ao crime organizado e de reserva de vagas em presídios federais. Alckmin não deixou de reclamar ter o ministro Cardozo, da Justiça, se aproveitado da situação para abrir espaço para sair candidato ao governo em 2014. Como todos sabem, Alckmin pretende se reeleger e teme também ser coberto por uma pá de cal, como sucedeu a José Serra.

Ainda não se sabe se haverá alteração na política militarizada de Alckmin. Como serão repassadas informações do Banco Central e do órgão de inteligência financeira (Coaf), espera-se que se consiga atacar a economia movimentada pelo PCC, de modo a empobrecê-lo. Uma associação criminosa reticular, do porte do PCC, não sobrevive sem substancial lucro financeiro. ●

1 0 NOV 2012

# CARTA CAPITAL

## Estranhíssimas movimentações

**SATIAGRAHA** | Uma nomeação suspensa em São Paulo. E um ato heterodoxo no STF

**O** BRASIL disposto a acreditar que o julgamento do “mensalão” inicia uma nova era de baixa tolerância à corrupção deveria prestar atenção às estranhas movimentações de outro caso não menos estrepitoso: a Satiagraha. Para quem não sabe, o processo está parado no Supremo Tribunal Federal (STF) desde que o Ministério Público recorreu da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de anular as sentenças proferidas pelo juiz Fausto De Sanctis. Entre elas, os dez anos de prisão do banqueiro Daniel Dantas por corrupção de um delegado federal.

**Dois fatos** aparentemente sem conexão passaram quase despercebidos em outubro. O primeiro ocorreu em São Paulo. Com a promoção a desembargador de De Sanctis, a vaga de titular da 6ª Vara da Justiça federal, especializada em crimes de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro, estava vaga. Por essa razão, o tribunal abriu as inscrições para os magistrados interessados em ocupar o posto. Apesar de negar por muito tempo, no último minuto o juiz Ali Mazloum candidatou-se. Por ser um dos mais antigos na casa, sua nomeação parecia certa.

Parecia. O tribunal decidiu ainda em outubro suspender as novas nomeações. O principal argumento é técnico. Com as mudanças na lei de lavagem de dinheiro, os juízes temem um acúmulo de processos nas duas varas especializadas existentes. Uma consulta a todos os integrantes do tribunal foi aberta para saber se eles consideram fundamental a existência da especialização ou se concordam com a tese de que as dez varas de São Paulo, não apenas duas, deveriam cuidar de crimes de colarinho-branco.

Entre os magistrados, comenta-se, porém, ter pesado a resistência interna ao nome Mazloum. Não só por seu passado atribulado. Em 14 de outubro, por exemplo, o juiz apareceu em uma reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, na qual acusa de forma genérica arapongas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de roubar processos sob sua jurisdição. O comando

**O juiz Ali Mazloum ocuparia a antiga vaga de De Sanctis. E por que Toffoli não arquivou um caso?**

**Alguma conexão?** *Mazloum, Toffoli e uma história inacabada*

do tribunal não gostou de sua aparição e do tom de suas declarações, o que teria aumentado a rejeição à sua nomeação.

Antes de passar ao segundo fato, um esclarecimento: Mazloum fez de tudo para derrubar a Satiagraha. Uma de suas iniciativas foi abrir um inquérito para apurar as relações entre o empresário Luís Roberto Demarco, desafeto de Dantas, o jornalista Paulo Henrique Amorim e o delegado Protógenes Queiroz, responsável pela Satiagraha. O juiz baseou-se em uma falsa acusação, a existência de contatos telefônicos frequentes entre os três personagens. Sustentou ainda a tese da interferência indevida de agentes da Abin na operação, base da anulação do processo pelo STJ.

**Imagine**, portanto, se Mazloum fosse nomeado para a 6ª Vara e o STF decidisse rever a decisão do STJ e manter o processo. O caso voltaria para onde? Para as mãos do próprio Mazloum.

Voemos agora até Brasília. Por Queiroz ter sido eleito deputado federal, o processo acabou remetido ao Supremo. Em seu parecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR) sugere o arquivamento.

É interessante a manifestação da PGR: “Ante o exposto, o Ministério Público Federal reitera a manifestação (...) em relação à nulidade da prova colhida de ofício pelo juízo da 7ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo”.

Relator do caso no STF, o ministro Antonio Dias Toffoli foi mais explícito ao comentar o parecer do Ministério Público: “...Não vislumbrando a possibilidade de apuração de eventuais fatos delituosos, em vista do entrelaçamento com elementos de prova ilícitamente produzidos”.

Ou seja, Mazloum produziu ou valeu-se de provas consideradas ilícitas. Como?

Apesar disso e do pedido de arquivamento do Ministério Público, Toffoli preferiu um caminho heterodoxo. Em vez de simplesmente arquivar o processo, resolveu submetê-lo ao plenário do STF. Muito estranho. - POR SERGIO LIRIO

12 NOV 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Tribunal de Justiça elege nova Cúpula Diretiva**

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná vai escolher, hoje (12), durante sessão ordinária administrativa, a nova cúpula diretiva, formada pelos cargos de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral e corregedor da Justiça, para o biênio 2013/2014.

Ao todo, 120 desembargadores votam no pleito que determina os sucessores dos desembargadores Miguel Kfourri Neto, Onésimo Mendonça de Anunciação, Noeval de Qua-

dros, Ivan Bortoleto e Lauro Augusto Fabrício de Melo. Os novos integrantes irão conduzir o Judiciário estadual a partir do dia 1º de fevereiro de 2013. A sessão terá início às 13h30, na Sala do Pleno, no 12º andar, e será presidida pelo desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente da Corte. Para a presidência do TJ, concorrem a desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, Clayton Coutinho de Camargo, Guilherme Luiz Gomes e Sérgio Arenhart.

12 NOV 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Ayres Britto comanda última semana no Supremo

Ministro se aposenta e não deve participar das últimas sessões do mensalão

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza nesta semana as últimas sessões de julgamento do mensalão sob a presidência do ministro Carlos Ayres Britto, que se aposenta compulsoriamente no dia 18 de novembro (domingo) ao completar 70 anos. Ele será substituído no comando da corte pelo relator da ação penal, ministro Joaquim Barbosa. O STF se reunirá hoje (12) e quarta-feira (14) para continuar o cálculo das penas dos condenados no proces-



Carlos Ayres Britto: aposentadoria obrigatória ao completar 70 anos

so do mensalão. Publicamente, Ayres Britto não revela se vai ou não adiantar as punições que estabeleceu para os réus. O presidente da corte participou durante toda a definição sobre quem deveria ser condenado ou absolvido, mas se aposentará antes da conclusão da dosimetria (tamanho das penas). “Estou guardando esse segredo”, disse o presidente do Supremo na quinta (8). Segundo auxiliares do ministro, contudo, a expectativa é de que ele não adiante o voto.

## NOTA POLITICA

### Indicado ao STJ

Indicado pela presidenta da República Dilma Rousseff para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, o procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Sérgio Luiz Kukina passará agora por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. A indicação para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido foi publicada na sexta-feira, no Diário Oficial da União. A sabatina ainda não tem data definida.

12 NOV 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Força pros juízes

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Congresso Nacional inclua a proposta oficial do Poder Judiciário no Projeto de Lei Orçamentária para 2013. O documento previa aumento de 7,12% para o Judiciário da União, que teria impacto direto de R\$ 285 milhões anuais. A questão foi judicializada no início de setembro pelas três maiores entidades de classe de juízes do País. Elas contestaram o fato de o Executivo ter retirado o orçamento original elaborado pelo STF da proposta apresentada ao Congresso Nacional em agosto. Segundo as entidades, a interferência é uma afronta à autonomia entre os Poderes.

A Advocacia-Geral da União (AGU) saiu em defesa do Executivo argumentando que a proposta orçamentária do STF foi mantida, ainda que anexa ao documento principal. Segundo a AGU, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, justificou a necessidade de adequação devido ao complexo cenário econômico atual e a necessidade de manter a economia brasileira funcionando bem.



Fux: aumento no orçamento.

### Cortes

Os argumentos não convenceram o ministro Luiz Fux, que determinou a apreciação do orçamento do Judiciário como apresentado pelo STF. A decisão liminar deve ser cumprida enquanto o processo não foi apreciado definitivamente pelo plenário do STF. O Ministério Público da União também acionou o STF, em setembro, para contestar os cortes do Executivo na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional. A categoria previa reajuste de 29,53%. O processo está sob relatoria do ministro Joaquim Barbosa, mas ainda não houve decisão.

## STF libera assassinos condenados

O Supremo Tribunal Federal (STF) soltou três homens envolvidos no triplo assassinato que vitimou um casal de advogados e uma escrivã da Polícia Civil, em julho de 2010, em São José dos Pinhais. Pela decisão do ministro Marco Aurélio, os três acusados, condenados em novembro do ano passado, a penas de quase 100 anos de prisão, poderão recorrer em liberdade.

O crime foi motivado por um desentendimento na negociação de um fuzil estragado. O advogado criminalista Teomar Piacessi, 36 anos, vendeu a arma, por R\$ 2 mil, e, como ela não funcionava, foi cobrado por Maurício de Oliveira, 26, Marcelo Klaus Correa Peruci, 30, e Carlos Augusto Cardoso.

Os três foram até a residência de Teomar, na Borda do Campo, onde também estavam a esposa, Lidiane Cristiane Côrtes Muhlsedt, 28, e a mãe dele, Marli Salete Jacob Muller. De acordo com a polícia, Marcelo teria rendido as mulheres, en-

quanto Maurício conversou com Teomar. Houve desentendimento e o advogado foi morto. Em seguida, Maurício também matou as mulheres.

### Defesa

Os acusados fugiram com a pistola de Teomar, o fuzil, e uma televisão. A defesa alega que não houve latrocínios, e sim, homicídios, e que os réus devem ir ao Tribunal do Júri. Enquanto aguardam o recurso, os advogados Matheus Gabriel Rodrigues de Almeida e Fernando Rodrigues entraram com pedido de soltura de Marcelo, para recorrer em liberdade. Após negativas no Tribunal de Justiça e no Superior Tribunal de Justiça, o habeas corpus foi concedido pelo STF.

**OAB**

**09/ NOV /2012**

## **TJ instala 2ª Vara Cível em Campo Largo**

A comarca atende a uma população de aproximadamente 118 mil habitantes. Tramitam atualmente nas Varas daquele Foro em torno de 26 mil processos, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, instalou na quinta-feira (8), às 18h, a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, criada pela Lei 17.222, de 9 julho de 2012. A comarca atende a uma população de aproximadamente 118 mil habitantes. Tramitam atualmente nas Varas daquele Foro em torno de 26 mil processos, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça. O presidente da subseção da OAB em Campo Largo, advogado Adriano Huber Júnior participou da cerimônia ao lado de advogados que atuam na comarca.

**Jus clip**

**09/NOV/ 2012**

## **TJ instala 2ª Vara Cível em Campo Largo**

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, instalou na quinta-feira (8), às 18h, a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, criada pela Lei 17.222, de 9 julho de 2012. A comarca atende a uma população de aproximadamente 118 mil habitantes.

Tramitam atualmente nas Varas daquele Foro em torno de 26 mil processos, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça. O presidente da subseção da OAB em Campo Largo, advogado Adriano Huber Júnior participou da cerimônia ao lado de advogados que atuam na comarca.

## **Justiça no Bairro acontece neste sábado em Curitiba**

No próximo sábado (10), a equipe do programa de responsabilidade social do Tribunal Justiça no Bairro estará atendendo a população da capital no SECS Portão, localizado na rua João Bettge, 770. Estão programadas para acontecer durante o evento, audiências de conciliação de processos em trâmite das Varas de Família e Cível, bem como, serão realizados atendimentos referentes às demandas reprimidas dos jurisdicionados.

No decorrer do evento, que acontece das 9h da manhã e segue até às 17h, será possível buscar auxílio tanto na área de Família quanto Cível nas seguintes situações: pedido de Alimentos, Guarda e Responsabilidade, Reconhecimento de Paternidade e de Maternidade, Reconhecimento de União Estável ou Dissolução, DNA, Retificação de Registro Civil e Interdição Judicial.

O Justiça no Bairro em parceria com o SESC Cidadão oferece ainda serviços e orientações preventivas de saúde como aferição de pressão arterial, testes de glicemia, e prevenção ao câncer de boca, entre outras.

A realização do evento conta com o apoio do Instituto Curitiba de Informática (ICI), Hospital Erasto Gaertner, Cartórios de Registro Civil de Curitiba, Exército Brasileiro e Amapar.